



RECORTES DE IMPRENSA

JULHO 2013



ISO 9001

BUREAU VERITAS
Certification

N° PT 000 251



COM O APOIO:





ARTIGO DE SAÚDE PÚBLICA

Alerta contra o abuso e violência sobre idosos

Celebra-se anualmente a 15 de Junho o Dia Mundial de Alerta contra o Abuso e Violência sobre Pessoas Idosas, instituído em 2006 pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Rede Internacional de Prevenção à Violência à Pessoa Idosa, com o objetivo "criar uma consciência mundial, social e política, da existência da violência contra a pessoa idosa, além de, ao mesmo tempo, disseminar a ideia de não aceitá-la como normal".

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define a violência contra as pessoas idosas como "a ação única e repetida, ou a falta de resposta adequada, que causa angústia ou dano a uma pessoa idosa e que ocorre dentro de qualquer relação onde exista uma expectativa de confiança".

Estudos recentes revelam que o fenómeno do abuso e violência contra as pessoas idosas está a aumentar em Portugal e que está relacionado com a condição do idoso na sociedade contemporânea.

O estatuto social do idoso está fragilizado e os estigmas da velhice ameaçam transformar o idoso num ser descartável. Consequentemente, o próprio idoso sente-se muitas vezes inútil, não vendo qualquer justificação para a sua existência. A negação social do direito à vida, é uma das mais graves formas de violência, por vezes cometida pelo próprio idoso em relação a si mesmo e pela sociedade.

O relatório estatístico, publicado no site da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) refere que, entre 2000 e 2012, foram registados 14.139 factos criminosos contra idosos, que levaram à abertura de 7.058 processos de "apoio de pessoas idosas vítimas de crime e de violência", um crescimento de 179% em 12 anos. Dos 14.139 factos criminosos, 3.625 referem-se a maus-tratos psíquicos contra idosos, seguindo-se os maus-tratos físicos (3.210), as ameaças ou coação (2.191) e a difamação e injúrias (1.367).

Deste relatório ressalta ain-

da que:

- Dos 11.334 idosos vítimas de violência doméstica (80,2%), 1.733 foram alvo de crimes contra as pessoas (12,3%) e 946 vítimas de crimes contra o património (6,7%).

- São as mulheres que apresentam a maior percentagem de pessoas idosas vítimas de crime: 82,2% e a maioria (53,3%) tinha idades entre os 65 - 75 anos e 28,6% entre os 76 - 85 anos.

- Os agressores são na sua maioria homens (68%), sendo que 22% tinham 65 ou mais anos, 11% tinham idades entre os 36 - 45 anos e 8,1% entre os 46 - 55 anos.

O problema do abuso e violência contra os idosos é um problema de todos nós e não só dos idosos. A degradação da qualidade de vida dos idosos reflete o nosso comportamento perante o envelhecimento. É necessário revalorizar o papel do idoso na vida social, familiar, económica e política, e criar oportunidades para que utilizem as suas capacidades em

atividades que dignifiquem a sua existência. Respeitar a individualidade, preservar a sua independência e autonomia, ajudar a desenvolver aptidões, promover a estimulação bio-psico-social.

A violência contra os idosos tem sido classificada em diferentes tipos, podendo surgir isoladamente ou combinados.

Violência psicológica/emocional: qualquer tipo de comportamento que tem por objetivo fazer com que o idoso sinta medo ou se sinta inútil. Inclui comportamentos como: ameaçar, magoar os animais de estimação, humilhar na presença de amigos familiares ou em público, entre outros.

Violência física: qualquer tipo de comportamento do agressor que recorre ao uso da força com o objetivo de magoar o idoso, deixando ou não marcas evidentes. Pode traduzir-se em comportamentos como: esmurrar, pontapear, estrangular, queimar, induzir ou impedir que o idoso obtenha medicação, cuidados e tratamentos.

Violência económica/financeira: qualquer comportamento que intente controlar o dinheiro do idoso, sem que este o deseje. Ex: controlar a reforma, recusar dinheiro ou força-lo a justificar qualquer gasto, ameaçar retirar apoio financeiro.

Violência social: qualquer comportamento que intenta controlar a vida social do idoso, como por exemplo, impedir que receba visitas ou que visite familiares e amigos, cortar o telefone ou controlar as chamadas e contas telefónicas.

Violência sexual: qualquer comportamento em que o idoso é forçado a protagonizar atos sexuais que não deseja ou ainda pressionado a manter relações sexuais desprotegidas.

A violência contra os idosos tem sido classificada em diferentes tipos, podendo surgir

isoladamente ou combinados.

Violência psicológica/emocional: qualquer tipo de comportamento que tem por objetivo fazer com que o idoso sinta medo ou se sinta inútil. Inclui comportamentos como: ameaçar, magoar os animais de estimação, humilhar na presença de amigos familiares ou em público, entre outros.

Violência física: qualquer tipo de comportamento do agressor que recorre ao uso da força com o objetivo de magoar o idoso, deixando ou não marcas evidentes. Pode traduzir-se em comportamentos como: esmurrar, pontapear, estrangular, queimar, induzir ou impedir que o idoso obtenha medicação, cuidados e tratamentos.

Violência económica/financeira: qualquer comportamento que intente controlar o dinheiro do idoso, sem que este o deseje. Ex: controlar a reforma, recusar dinheiro ou força-lo a justificar qualquer gasto, ameaçar retirar apoio financeiro.

Violência social: qualquer comportamento que intenta controlar a vida social do idoso, como por exemplo, impedir que receba visitas ou que visite familiares e amigos, cortar o telefone ou controlar as chamadas e contas telefónicas.

Violência sexual: qualquer comportamento em que o idoso é forçado a protagonizar atos sexuais que não deseja ou ainda pressionado a manter relações sexuais desprotegidas.

Estas e outras informações

<http://apav.pt>

<http://www.dgs.pt>

Relatório Europeu sobre
Prevenção da Violência contra
as Pessoas Idosas.
Organização Mundial da
Saúde.2011.

ALICE MAGALHÃES

Especialista Enfermagem
Comunitária e de Saúde Pública
Unidade de Saúde Pública
ACeS Gerês/ Cabreira



ID: 48593677

01-07-2013

Violências do Estado sobre os idosos

Os profissionais e os militantes da área do direito, da assistência social e da saúde têm conhecimento de maus tratos, de agressões e de outras formas de violência contra os idosos, que muitas vezes são vistas como formas de um agir “normal” e “natural”, ficando as “dores” ocultas por entre as lágrimas dos usos, costumes e relações inter-pessoais.” Sendo esse problema sério é também quase desconhecido – ou que se tem preferido desconhecer. Oportuno e importante foi, portanto, um relatório recente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) referido no Solidariedade de Maio. Aí se refere que mais de 11.300 idosos, a grande maioria mulheres, foram vítimas de



violência doméstica nos últimos 12 meses, um número que tem vindo a aumentar todos os anos. Os agressores são maioritariamente homens (68%) e em 39% das situações de violência doméstica os agressores eram os próprios filhos.

Aquele relatório no meio de uma outra manifestação de violência, não menos preocupante, e que vem ganhando palco, forma e dimensão: são responsáveis políticos a considerá-los “peste grisalha” e é o próprio Estado a admitir espoliá-los de parte das suas parcas reformas, tirando assim a vez a

uma geração que perde voz e a condená-la a um “cisma grisalho”. Idosos que pugnaram com fundadas expectativas e a quem foram dadas garantias e que, em tempos que teimam em ser difíceis, são muitas vezes o último sustentáculo das respectivas famílias, nem sempre solidárias ou gratas. A violência contra os mais velhos é preocupante e expressa-se nas formas como se organizam as relações entre os ricos e os pobres, entre géneros, as raças e os grupos de idade nas várias esferas de poder político, institucional e familiar.

Mais de 11300 idosos, a grande maioria mulheres, foram vítimas de violência doméstica, em Portugal, nos últimos 12 anos; um número que tem vindo a aumentar todos os anos, revelam as estatísticas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

Em 2010, a (APAV) registou 356 crimes de violência doméstica contra idosos, número que subiu para 1479 em 2012, um aumento de quase 76%.

O relatório estatístico, publicado no *site* da associação refere que, entre 2000 e 2012, foram registados 14139 factos criminosos contra idosos, que levaram à abertura de 7058 processos de “apoio de pessoas idosas vítimas de

crime e de violência”, um crescimento de 179% em 12 anos.

Os dados da APAV indicam que 11334 idosos foram vítimas de violência doméstica (80,2%), 1733 foram alvo de “crimes contra as pessoas (12,3%) e 946 vítimas de crimes contra o património (6,7%).

Em 39% das situações de violência doméstica reportadas à APAV, os agressores eram os próprios filhos, e em 26,9% dos casos existia uma relação conjugal (cônjuge ou companheiro).

Dos 14139 factos criminosos, 3625 referem-se a maus-tratos psíquicos, seguindo-se os maus-tratos físicos (3210), as ameaças ou coacção (2191), difamação e injúrias (1367).

Investigados 109 filhos que maltrataram os pais em 2012

Justiça. Ministério Público de Lisboa registou 388 interdições a idosos, a medida mais radical que pode ser aplicada aos mais velhos com incapacidade, além de uma centena de casos de agressões. Procuradoria-Geral Distrital critica falta de regulamentação quando vítimas são os mais velhos

FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA

Em março do ano passado, a PSP entrou em casa de João e encontrou a sua mãe, Manuela, com 80 anos, deitada na cama, no interior de um quarto com cheiro a urina, fezes e restos de alimentos podres. Há oito anos que a idosa deixara de ser autónoma. Uma doença impediu-a de andar e ficou cega dos dois olhos. Passou a depender do filho, com 50 anos, que a recebeu na sua casa, e passou a gerir a sua pensão mensal – de 400 euros – durante todo esse tempo.

O filho pouco alimentava a mãe, não a lavava e raramente lhe dava água. Segundo o relatório médico, a idosa apresentava ferimentos nos pés, uma vez que as unhas não eram cortadas há anos, a ponto de contornarem os dedos e entrarem dentro nos pés. A descrição arrepiante, com fotografias a comprová-la, foi o suficiente para os juízes das varas criminais de Lisboa condenarem João a três anos de prisão efetiva pelo crime de violência doméstica.

Este é um dos 109 crimes que a Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa (PGDL) investigou no ano passado em que as vítimas eram idosos com mais de 65 anos, a maioria incapacitados, agredidos ou negligenciados pelos filhos ou filhas.

A nível nacional, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) registou, também no ano passado, oito vezes mais casos, sendo que a maioria se registaram em Lisboa, Porto e Faro. Ou seja: 809 casos, mais duzentos do que há dois anos.

"Mas estas cifras, a que chamamos negras, não espelham toda a realidade. Os casos são muitos mais", explicou Francisca van Dunem, a procuradora-geral distrital de Lisboa, em declarações ao DN. Apesar de os mais de cem casos de 2012 serem três vezes mais do que eram em 2009 – apenas 33 foram investigados pelo Ministério Público. "São vítimas silenciosas, inseridas num grupo mais recuado em termos de acessibili-

de às instâncias judiciais", frisou a procuradora que, na semana passada, explicou, perante os deputados da Assembleia da República esta problemática numa intervenção sob o tema "Violência do Género: violência contra idosos e idosas".

Mas a preocupação do Ministério Público não passa só pelas questões penais. "Muito se evitaria", explica fonte da PGDL ao DN, "se houvesse uma maior tutela civil dos casos de idosos com incapacidade, em maior ou menor grau". A lei permite apenas duas situações: a interdição, medida mais radical para casos em que alguém não tem autonomia, nem discernimento para tomar qualquer tipo de decisão, ou celebrar qualquer negócio jurídico. E, neste caso, o Ministério Público registou 388 casos em 2012. A outra hipótese legal é a inabilitação – apenas 15 casos no ano passado – em que há uma situação menor de dependência.

"Estas duas medidas não são suficientes", explica Francisca van Dunem. "Uma é muito radical e a outra muito pouco, não há um meio termo e as próprias exigências legais associadas a essa medida muitas vezes não existem", adianta a representante do MP em Lisboa. Aos deputados, a procuradora explicou ainda que esta vulnerabilidade não é exclusiva dos mais velhos. "Os adultos com capacidade diminuída são-no por demência, por deficiência ou doença e não por serem idosos. Menos do que a proteção dos idosos, terá de se abordar o problema de adulto portador de incapacidade", defendeu.

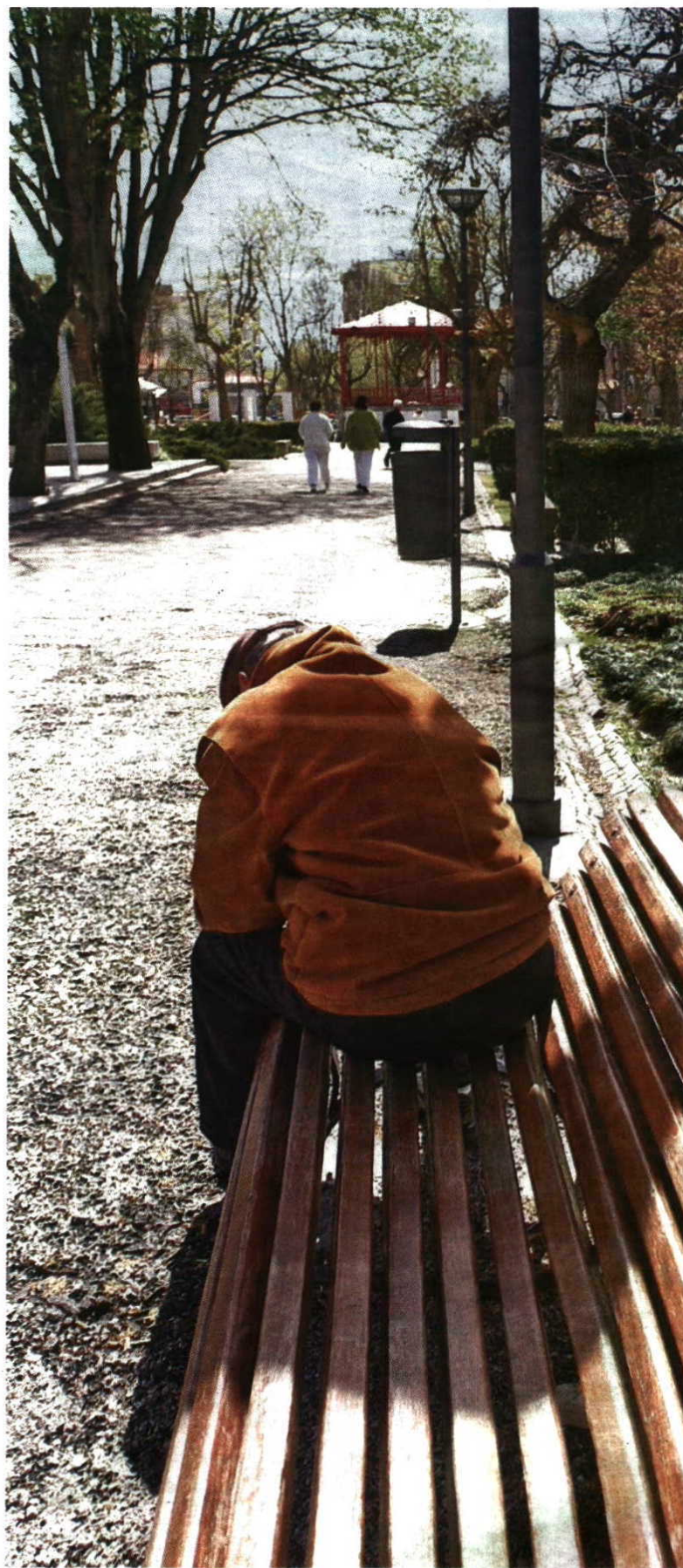
Em termos de investigação criminal, as situações-tipo que chegam ao Ministério Público são três: casos de total desconsideração da autonomia da vontade, que permitem a gestão abusiva do património do idoso por parte de familiares, a imposição de institucionalização ou de situações de cárcere e ainda a burla típica.

Sendo que na maioria dos casos investigados a relação entre autor do crime e vítima é a de pai ou de mãe.

“
As cifras, a que chamamos negras, não espelham toda a realidade”

“
Terá de se abordar o problema do adulto portador de incapacidade”

FRANCISCA VAN DUNEM
PROCURADORA-GERAL
DISTRITAL DE LISBOA



PGDL alerta para os problemas que os adultos vulneráveis enfrentam



3 PERGUNTAS A...

"Lei não está adaptada às situações de vulnerabilidade"



FRANCISCA VAN DUNEM
Procuradora-geral distrital de Lisboa

Quais são os casos mais comuns que chegam ao Ministério Público?

Agressões de filhos e filhas relativamente aos pais e às mães. Situação que poderá aumentar com este contexto de crise em que muitos filhos são obrigados a abandonar a sua casa para viver com pais e que depois se apropriam das suas pensões. Acaba por resultar numa guerra de conquista de espaço e de disputa na gestão do património dos pais que são apenas pequenas pensões. Outro caso recorrente é o da exasperação do cuidador, que são na maioria filhos, e que por alguma razão não institucionalizam os pais ou mães acamados e que depois ficam saturados.

Falta em Portugal uma proteção jurídica destas situações?

Sim, falta. De forma a precaver direitos dos adultos vulneráveis (idosos e não idosos) porque a lei não está adaptada às situações de vulnerabilidade que existem atualmente. Há pessoas que têm capacidade diminuída para certas

coisas mas podem praticar atos de gestão e não podem ser interditas *tout court*. As pessoas que estão sós não têm família e o sistema jurídico pressupõe a figura do conselho de família e, em muitos destes casos, os idosos nem têm família. O enquadramento não é tanto da violência sobre os idosos mas sim a proteção dos adultos em situação de vulnerabilidade. Todos os dias deparamo-nos com pessoas com incapacidades psicológicas e físicas e muitas com incapacidade de gerir as suas coisas mas nem sempre corresponde nem a inabilitação nem a interdição. Não precisa de ser uma solução tão radical. Também encontramos adultos com problemas mentais que provavelmente não foram sempre assim, mas tiveram uma quebra nervosa, um período depressivo e passaram para "o outro lado" sem conseguir regressar. Faltam leis para estas realidades. E os procuradores estão sensibilizados para estas questões?

Muito mesmo, sem dúvida nenhuma. Os magistrados de todos os distritos judiciais estão cientes desta violência que é silenciosa. Muitas vezes são casos de violência doméstica mas com características especiais...

Funcionárias acusadas de maus tratos em lar

Já este ano, o Ministério Público acusou três mulheres de 17 crimes de maus tratos praticados num lar ilegal em Benavente, encerrado em 2009 mas que continuou a funcionar à revella das autoridades. A proprietária, de 35 anos, e duas funcionárias, de 35 e 53, mantiveram os idosos mal alimentados, dando-lhes banho apenas duas vezes por semana, apesar de os utentes pagarem uma mensalidade de 400 a 600 euros. A acusação referia que num dos dias foi servida uma refeição com peru e massa triturados com uma varinha mágica, a que as cuidadoras juntaram medicamentos, administrados sem qualquer supervisão médica.

Filha maltrata pais octogenários

Num acórdão publicado a 30 de outubro de 2012, na Grande Instância Criminal de Sintra, o coletivo de juízes condenou uma arguida pela prática de dois crimes de violência doméstica, que teve como vítimas os próprios pais – idosos e doentes com mais de 80 anos – na pena única de cinco anos e cinco meses de prisão efetiva, a cumprir em estabelecimento destinado a inimputáveis. Em causa estariam agressões físicas simples e agravadas, falta de higiene e falta de alimentação. A condenada manteve durante anos os pais em sua casa, num compartimento à parte da habitação onde vivia com o marido.

Ministério Público tem 30 protocolos para apoiar vítimas

AJUDA Estão identificados os grupos mais vulneráveis e são feitos acordos com instituições, de hospitais a misericórdias, que apoiam idosos

Em 2007, o procurador-geral da República recém-eleito, Fernando Pinto Monteiro, considerava a violência contra idosos – assim como todas as agressões a "grupos de adultos vulneráveis" – como prioritária na investigação do Ministério Público (MP) e da Polícia Judiciária. Isto numa altura em que o Parlamento acabara de aprovar a Lei de Política Criminal que descriminava a lista de crimes que deveriam ser investigados em primeira mão pelas autoridades.

Desde então que nas quatro procuradorias distritais do Ministério Público – com a de Lisboa a ter a maior expressão, pois constitui quase 40% do território judicial nacional – começaram a ser identificados grupos de adultos vulneráveis. Ou seja: idosos, pessoas com incapacidades e os psicologicamente inimputáveis, independentemente da idade.

"Apesar de a lei de política criminal ter ficado por 2009, desde então que os trabalhos do Ministério Público continuaram nesse sentido", disse ao

DN Francisca van Dunem, procuradora-geral distrital de Lisboa. Assim, o MP tem celebrado protocolos de forma a ajudar estas vítimas que são "silenciosas e sem acesso a informação, até porque são muito pouco autónomas", explicou fonte da APAV, ao DN. No total, já são mais de 30 protocolos com hospitais, autarquias, instituições de solidariedade social ou misericórdias.

O caso de Manuela, que durante oito anos foi negligenciada pelo filho, condenado no ano passado a quatro anos (*ver caixa*) é espelho disso. Atualmente a idosa encontra-se institucionalizada na Misericórdia de Lisboa, depois de a PSP a ter encontrado em condições miseráveis em março de 2012. "Criar redes particulares e do Estado foi a nossa prioridade", explicou a procuradora. Já que "os idosos não têm meios disponíveis para se queixar", acrescentou. Ou ainda o protocolo celebrado com a instituição Pelo Sonho É Que Vamos, situada no Seixal, que garante acolhimento prioritário nas suas casas de abrigo a todas as vítimas de casos investigados pela Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa. Em troca, recebe valores pagos por arguidos resultante da suspensão provisória de processo.

Burla aplicada a mulher de 82 anos

Uma mulher foi condenada a quatro anos de prisão efetiva por praticar burla sobre uma mulher idosa, aproveitando-se da sua debilidade física e emocional, do seu isolamento social e de autonegligência. A arguida levou a idosa para sua casa, sabendo que esta auferia uma pensão mensal de 400 euros e que era titular de contas bancárias de dezenas de milhares de euros. Acabou por a colocar num lar clandestino que explorava e obrigou-a a assinar documentos que lhe permitiram ter acesso à conta bancária da vítima. No total foram feitos levantamentos no valor de 53 mil euros.

Filho deixava mãe cega numa cama rodeada de fezes e urina

Há oito anos que um filho mantinha a mãe de 80 anos, cega e sem mobilidade, numa cama. A idosa permaneceu durante este período num quarto que exalava cheiro a urina, fezes e restos de alimentos podres, sem tomar banho, sem cuidados médicos e sem alimentação quente. O filho, desempregado, de 50 anos, usufruía da pensão da mãe no valor de 400 euros e acabou por ser condenado a quatro anos e quatro meses de prisão efetiva, no ano passado. Segundo o acórdão, a que o DN teve acesso, o arguido não demonstrava qualquer arrependimento da situação física em que a mãe se encontrava, depois de encontrada pela PSP.



Manual de risco para salvar vítimas de violência doméstica

E-Maria. Documento visa uniformizar os níveis de alerta nos países da UE para prevenir mortes

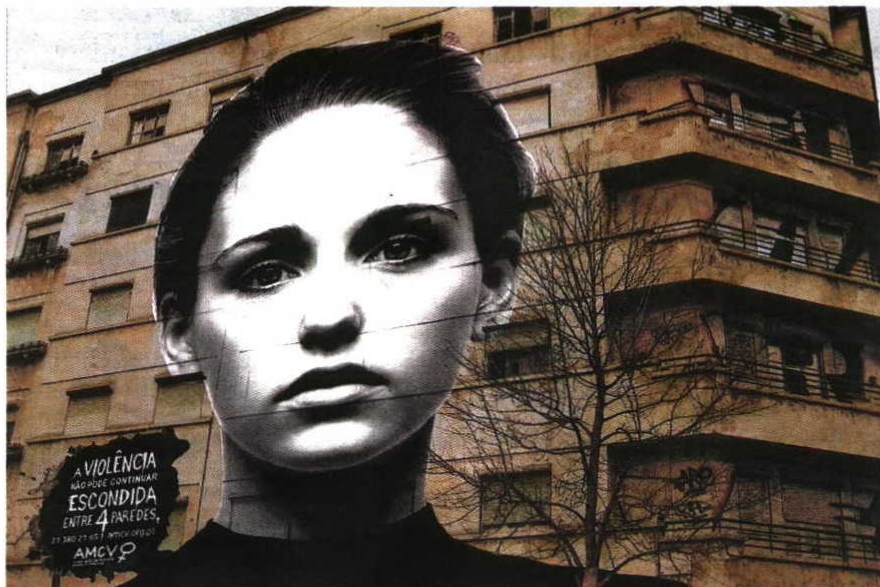
JOANA CAPUCHO

Os rostos espalhados pela cidade de Lisboa não são de vítimas de violência doméstica. Mas podiam ser. Um deles podia ser o de Magda, a jovem assassinada pelo ex-namorado, há um ano, no Cadaval, após mais de 30 denúncias por violência doméstica. Se a avaliação do risco tivesse sido diferente, talvez o desfecho fosse outro. Para evitar que situações como esta cheguem a extremos, é apresentado hoje o manual europeu *E-Maria*. O objetivo é chegar a uma uniformização de instrumentos de avaliação de risco das vítimas a nível nacional – onde muitos dos agentes sociais não têm qualquer instrumento – e europeu. Os responsáveis pelo projeto acreditam que uma avaliação correta do risco pode evitar muitas mortes.

A proposta é dotar os profissionais que trabalham com as vítimas de ferramentas para promover a segurança de futuros atos de violência ou mesmo homicídio. Margarida Martins, presidente da Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV) – que desenvolveu o projeto em parceria com as suas congéneres e a Comissão Europeia –, sublinha que “há mulheres que morrem porque não é feita uma avaliação correta do risco.” No caso de Magda, “ou ninguém avaliou corretamente o risco, ou foi desvalorizado”. Detetada uma situação de alto risco, “tem de se arranjar uma estratégia para manter a vítima viva”.

A AMCV comemora este ano o seu 20.º aniversário. “A violência não pode continuar escondida entre quatro paredes” é o mote de uma campanha da associação que conta com vários cartazes de sensibilização afixados em muros e edifícios em Lisboa, o último dos quais é afixado hoje, na Avenida de Berna. Alertar para esta realidade é também o tema de uma conferência que decorre hoje, em Lisboa.

O modelo de avaliação de risco usado pelas polícias para situações de violência doméstica desde 2006



“A violência não pode continuar escondida entre quatro paredes” é o mote da campanha que arranca hoje em Lisboa

vai ser substituído em breve. Na opinião de João Nascimento, da divisão de investigação criminal da GNR, “o documento atual é bastante exaustivo, pelo que o novo será mais acessível”. O tenente-coronel realça que “este projeto é importante sobretudo no sentido de uniformizar procedimentos, pois se existir um modelo integrado, a primeira instituição que recebe a vítima fará uma avaliação, que passará para onde transitar e o acompanhamento será mais fácil”.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, parceira da AMCV no *E-Maria*, refere que este projeto é “uma mais-valia para que a avaliação de risco funcione em bloco”. O assessor técnico da direção, Daniel Cotrim, explica que “a APAV faz sempre uma avaliação de risco para perceber o grau de prevalência da vitimização, que comportamentos de risco desenvolve a vítima e desenha o perfil do agressor, de forma a otimizar o projeto de segurança social do agredido”.

3 PERGUNTAS A...

“A maior parte dos profissionais não tem instrumentos”



MARGARIDA MEDINA MARTINS
Presidente da AMCV

Quando e como surgiu o projeto E-Maria?

O projeto europeu surgiu em 2011. A União Europeia tem vindo a harmonizar as legislações e tem uma estratégia na área da proteção para que quando os cidadãos circulam nos Estados membros tenham os seus direitos reconhecidos, como o de um tradutor, por exemplo. As várias organizações levaram a cabo um projeto para perceber como é que as questões da violência são tratadas em 11 países e sentimos que era necessário construir a mesma abordagem na área da deteção de risco. Não podemos dizer que uma situação está sinalizada a vermelho em Portugal, e em França a amarelo. É urgente que haja o mesmo referencial de sinalização. No nosso país, cada força tem um referencial ou nem sequer tem nenhum.

O que são os instrumentos de avaliação de risco?

Existem alguns instrumentos internacionais de avaliação de risco, como por exemplo o SARA, usado pela Polícia Judiciária, que funciona com uma *checklist*, avaliando o risco de violência conjugal e identificando fatores associados ao risco de reincidência. Mas a maior parte dos profissionais em Portugal não tem instrumento nenhum. A violência pode ser equiparada aos produtos químicos: se o contacto não for bem feito, pode conduzir à morte. Para que isso não aconteça os profissionais têm de ter instrumentos altamente especializados de forma a perceberem o risco.

O que é esperado com a elaboração deste manual?

Esperamos que possa ser uma referência em termos europeus. A violência tem que ver com todos nós e tem impacto na sociedade. É preciso fazer melhor. E o melhor vem da parte dos profissionais. É preciso saber avaliar. Quando alguém vai para uma sala de operações, por exemplo, quer ter os melhores peritos por perto. Aqui é a mesma situação. Muitas pessoas vítimas de violência doméstica caminham para a morte. Se soubermos trabalhar melhor, cientificamente apoiados, podemos evitá-la.

OUTROS CASOS

JUNHO DE 2011

► Um homem de cerca de 40 anos matou a mulher, de 30, a tiro, em Valongo, e suicidou-se logo de seguida. Pouco tempo antes de ter cometido crime, o homem mandou um sms a um amigo a anunciar o que pretendia fazer.

FEVEREIRO DE 2012

► Um bancário reformado matou a mulher, a filha e uma neta à catanada, em Beja. As vítimas só foram encontradas alguns dias após os homicídios, pela PSP, que foi alertada pelo namorado de uma das mulheres que estranhou a sua ausência.

MARÇO DE 2013

► Uma mulher de 35 anos em avançado estado de gravidez foi assassinada pelo companheiro, de 34, em sua casa, em Lisboa. Os episódios de violência doméstica eram bastante frequentes na relação de conflitualidade permanente.

MAIO DE 2013

► Um homem de 43 anos terá agredido mortalmente a mulher, de 39 anos, suicidando-se em seguida, na vila de Marinhais. A mulher já tinha apresentado duas queixas na GNR por violência doméstica.



Só 17% das pessoas reconhecem o conceito de *stalking*. Mas quase todos sabem o que é *bullying*

Um em cada quatro portugueses conhece uma vítima de *bullying*

Justiça

Andreia Sanches

Sondagem é hoje apresentada. Dados mostram que é preciso criminalizar *bullying* e *stalking*, diz APAV

Alguém lhe envia todos os dias bilhetes ou flores – a mesma pessoa que está sempre a encontrar “por coincidência” nos locais que costuma frequentar, que lhe envia repetidamente *emails*, que andou a recolher informação sobre si e que você suspeita que é a que lhe telefona às tantas da noite mas não diz nada. Isto é *stalking*. E significa, no essencial, assédio persistente. A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apresenta hoje os resultados de uma sondagem feita pela Intercampus sobre *stalking*, *cyberstalking*, *bullying* e *cyberbullying*. Mais de um quarto dos inquiridos dizem que conhecem alguém que já foi vítima de algum destes fenómenos e 5% assumem-se, eles próprios, como vítimas.

A associação não tem dúvidas de que o problema será mais frequente do que parece. Isto porque a maioria da população (mais de 80%) não conhece o significado de *stalking*, ao contrário do que se passa com o *bullying*, ainda que quase sempre reconheça os comportamentos que lhe estão associados. Para além disso, as 1014 entrevistas conduzidas

foram presenciais – e as pessoas nem sempre assumem, junto de um entrevistador, o que se passa na sua intimidade, diz Daniel Cotrim, assessor técnico da direcção da APAV.

Muitas das atitudes e comportamentos associados ao *stalking* e ao *bullying* estão tipificados como crime (a agressão física, por exemplo), mas outros não – “Experimente ir à polícia dizer que alguém lhe manda todos os dias rosas caras. Dizem-lhe, provavelmente, que não podem fazer nada até que essa pessoa lhe dê

uma estalada. E, no entanto, isso está a ter um impacto terrível na sua vida”, diz Daniel Cotrim. Esta é uma das razões que levam a APAV a pedir que *stalking*, *cyberstalking*, *bullying* e *cyberbullying* sejam considerados crime.

É ainda necessária uma prevenção mais eficaz deste tipo de vitimação “e a promoção de um apoio mais qualificado e efectivo às vítimas deste tipo de situações”.

O *bullying* é o fenómeno mais referenciado (por 88% das pessoas que se dizem vítimas ou que conhecem vítimas). A maior parte dos inquiridos reporta insultos, ameaças ou intimidações e agressões. E na maioria das vezes tudo acontece em ambiente de escola (em 55% dos casos os agressores são colegas de escola). Mas não só. Em algumas situações (13%) é um vizinho, em 10%, um desconhecido... Mas o *bullying*, garante Cotrim, também acontece frequentemente no local de trabalho.

Outra das perguntas feitas foi: “Com que frequência ocorre a situação?” Em 41% dos casos a resposta foi “diariamente”, sendo que 53% das situações referidas duraram até um ano.

No *stalking* a violência mais relatada é a psicológica (ameaças, por exemplo), no *cyberstalking* a colocação de comentários indesejados em blogues e/ou redes sociais. No *bullying* o mais comum é o insulto e a intimidação e no *cyberbullying* as injúrias e a importunação. As vítimas procuraram apoio (57%), sobretudo, junto de familiares.

Comportamentos do stalker

Muito frequentes: recolher ou reunir informações sobre a vítima; enviar bilhetes e SMS; observar/perseguir, fazer esperas; espalhar rumores

Presentes em metade das situações: danificar bens pessoais da vítima; ameaçar (directamente ou de forma implícita ou simbólica); deixar flores/animais mortos ou outras coisas obscenas em casa ou no carro da vítima

Em 25% das situações: agredir fisicamente a vítima; violar ou tentar violar a vítima;

Em menos de 2% das situações: matar ou tentar matar a vítima.



NUNO PINTO FERNANDES/GLOBAL IMAGES

Agressores assediam e perseguem vítimas sobretudo através da Net

NOVAS VIOLÊNCIAS

'STALKING'

► **Assédio persistente**, violência em que uma pessoa se impõe a outra, com um conjunto de comportamentos de assédio que são indesejados e/ou intrusos.

'CYBERSTALKING'

► **Utilização da Internet** ou de outros meios eletrónicos para perseguir ou assediar alguém de forma intrusiva e indesejada.

'BULLYING'

► **Violência** entre pares com comportamento agressivo e violento por um agressor ou um grupo contra uma vítima ou grupo.

'CYBERBULLYING'

► **Uso de tecnologias** para agredir verbalmente ou contribuir para a exclusão social da vítima, como disseminar boatos por telefone, e-mail, redes sociais, etc.

APAV quer criminalizar novas formas de agressão

Estudo. 32% dos portugueses conhecem ou já foram vítimas da dita violência "moderna", mas muito poucos, apenas 5%, o admitem

CÉU NEVES

Uma em cada três pessoas conhece ou foi vítima de uma das novas formas de violência, sendo a Internet o meio preferencial de agressão. Pelo menos, esta é a conclusão de um estudo da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) sobre o tema "Perceção da população portuguesa sobre stalking, cyberstalking, bullying e cyberbullying", que é hoje apresentado, na sede da instituição, em Lisboa. Outra das conclusões é que as vítimas reconhecem sobretudo o bullying, mas já vão identificando novos tipos de maus tratos, como assédio e perseguição persistente.

"Os dados batem certo com o que são as tendências tradicionais. As pessoas podem não conseguir distinguir os conceitos, mas depois de lhes ser explicado reconhecem

as situações. Por exemplo, apenas 17% sabe o que é *stalking*, mas quando lhes descrevemos passo a passo, há 67% que já identificam situações. Estão é mais habituados ao bullying, o que não é diferente das perceções internacionais", diz Daniel Cotrim, assessor técnico da direção da APAV. O inquérito, a que o DN teve acesso, foi aplicado pela Intercampus, tendo sido entrevistadas 1104 pessoas, entre os 15 e 64 anos, de norte a sul do País. É o 4.º barómetro da associação destas estruturas.

Uma outra conclusão do estudo é a de que as pessoas reconhecem mais facilmente aquelas agressões nos outros do que contra si próprias. Apenas 5% dizem ser vítima. Em 18% dos casos de violência referenciados, o fenómeno ainda decorria no momento das entrevistas, de 6 a 31 de maio. Entre os inquiridos que afirmaram serem (ou

terem sido) vítimas de *stalking*, *cyberstalking*, *bullying* ou *cyberbullying*, existe uma maior preponderância do sexo feminino. Em geral, as vítimas são agredidas diariamente e em 53% das vezes durante mais de um ano.

Estas respostas vão, no fundo, ao encontro da experiência que a APAV tem do atendimento às vítimas de violência: as pessoas pedem apoio em situação extrema, já com agressões graves ou tentativas de homicídio. Daí os dirigentes e os técnicos defenderem a criminalização desta nova forma de violência, o que já se faz na Escócia. Fazem, aliás, parte de um movimento que pediu legislação junto da UE e que fixou 18 de abril, como dia europeu contra esta violência. E sublinham: "É necessária prevenção mais eficaz, criminalização da violência e a promoção de apoio qualificado e efetivo às vítimas."

APAV alerta

Violência sobre idosos aumenta 179% em 12 anos

APAV afirma que esta é apenas "a ponta do iceberg", uma vez que muitos idosos não denunciam a violência e os maus tratos de que são vítimas, na sua maioria ocorrida em seio familiar. A vergonha, a protecção dos familiares abusivos e a dependência explicam o silêncio, ao que acresce o facto de "haver muita permissividade" da sociedade e cuidadores sem formação. "É preciso alertar as vítimas e a sociedade de que algumas atitudes são crime".

Texto: Filipa Faustino Arenga
Fotografia: Sandra Bernardo

Nos últimos doze anos, o número de idosos vítima de crime e de violência que procuraram a APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima aumentou 179%, num total 7058 casos. Segundo o relatório desta Associação, que tem em conta os casos que apoia, a esmagadora maioria das vítimas - 82,2% - são mulheres, e 54% estão entre os 65 e os 75 anos de idade. Quanto aos autores dos crimes, 68% são homens, sendo que 21,6% têm mais de 65 anos, 11% têm entre 36 e 45 anos, 8% entre os 46 e os 55 e quase 6% entre os 56 e os 64 anos de idade.

Quanto à tipificação dos crimes, mais de 80% referem-se a violência doméstica, ou seja, são perpetrados por alguém com ligação familiar com a vítima. Aliás, dos 7058 casos acompanhados pela APAV, 1815 referem-se a crimes levados a cabo pelo cônjuge. Os filhos ocupam o segundo lugar do ranking de autores dos crimes contra os idosos, tendo sido apontados como responsáveis em 1513 dos casos. Seguem-se pais, ex-cônjuges e companheiros e vizinhos. Em apenas 20 casos, as vítimas afirmaram não conhecer o autor.

CRIMES EM SEIO FAMILIAR

Para Maria Oliveira, responsável da APAV pela área da violência contra os idosos, "apesar do aumento de processos, acreditamos que estes dados são apenas a ponta do iceberg, existem mu-

to mais situações que não chegam até nós". Os motivos para isto são vários, à cabeça dos quais está a relutância das próprias vítimas em denunciarem as situações e os que lhes são queridos. "Muitas pessoas idosas ainda têm vergonha, dizem que nunca foram a uma esquadra, a um tribunal, ficam nervosas. Quando se trata de burlas, as pessoas, em especial as que têm alguma escolaridade, têm vergonha de admitir que foram enganadas. Se for um filho, têm receio do que lhe vai acontecer, por exemplo. Podem ser casos de dependência emocional e até mesmo de prestação de cuidados. Por isso é que a APAV dá apoio social, jurídico e psicológico."

Para a responsável, "se as campanhas de sensibilização relativamente à violência contra crianças e contra as mulheres têm tido efeito junto da opinião pública, o mesmo não se passa com a violência contra os idosos. Muitos deles nem sabem que o que sofrem é crime. Há um percurso muito grande a fazer na sensibilização do público mas também das Câmaras, das Juntas de Freguesia, das escolas, etc.", afirma.

VIOLÊNCIA FINANCEIRA

Uma das campanhas da APAV incidiu sobre a violência financeira, um dos tipos mais comuns de violência sobre os idosos e que pode assumir várias formas: "Desde a apropriação ilícita de património, seja bens móveis ou imóveis, apropriação das pensões, de acolhimentos contra a vontade dos idosos para lhes ficarem com os rendimentos e



até da retirada de equipamentos sociais porque as famílias não têm outra fonte de rendimento que não as pensões." Maria Oliveira aponta também os dados revelados recentemente num estudo encomendado pelo Conselho Económico e Social enquanto factores de risco: três em cada quatro idosos portugueses vivem com uma pensão abaixo dos 500 euros, ao que soma um crescente número de filhos a regressar a casa dos pais e ainda um número cada vez maior de idosos que não conseguem manter a própria casa. A APAV diz que "com este cenário de cada vez menos recursos a capacidade que as pessoas têm de recorrer à justiça também é cada vez mais diminuta".

CUIDADORES SEM FORMAÇÃO

Os prestadores de cuidados, sejam informais ou formais, também precisam de formação adequada e compreender que há certos actos que constituem violência psicológica". A OCDE revelou, recentemente, que Portugal é um dos países onde os idosos são mais dependentes, sendo que acima dos 75 anos é mesmo a população mais dependente no universo dos países-membros da or-

ganização internacional. O mesmo relatório revela que no nosso País existe um dos menores investimentos em formação de prestadores de cuidados e um dos mais baixos números de cuidadores por cada mil idosos. "Isto vai ao encontro do que temos visto na nossa rede nacional de gabinetes de apoio à vítima. A legislação não obriga a que os profissionais que prestam apoio aos idosos tenham uma formação específica. Se o empregador não achar que é necessário dar formação específica ao seu pessoal, estas pessoas têm de actuar por instinto. E nós sabemos que as pessoas idosas precisam de cuidados especializados e uma atenção que não pode ser de rotina. Existe o stress do cuidador, que está muito estudado, porque há muito desgaste emocional. É lidar com a morte, é lidar com a velhice, com a higiene, com a alimentação e por isso há também uma grande rotatividade de pessoal nas instituições para idosos."

Algumas atitudes corriqueiras são mais graves do que se pensa. "Por exemplo, em relação ao consentimento informado nos actos médicos. Há a presunção que os idosos não são capazes de perce-

ber o que lhes é dito. Logo, os profissionais de saúde falam para o prestador de cuidados, seja familiar seja de uma instituição. Muitas vezes ouço as pessoas dizerem: 'os médicos não falam comigo, falam com a minha filha.' Há muito paternalismo, a ideia de que as pessoas idosas não sabem tomar decisões. Não podemos falar só de violência porque

há toda uma panóplia de situações que não é tida em conta. Como quando a pessoa é colocada contra vontade numa instituição, esta pode incorrer em crime de sequestro. A instituição até assina enquanto representante legal da pessoa idosa e não o é, legalmente. Os idosos são vítimas de muitas violações dos Direitos Humanos." ●

Lei não contempla algumas formas de violência

Na actual legislação portuguesa, não existe um quadro específico de protecção da pessoa idosa, em especial os que vivem em situação de vulnerabilidade. Na maioria dos casos, os crimes de que são alvo são enquadrados nas leis relativas a crimes contra a pessoa e contra o património ou de violência doméstica. Ou seja, não existe uma legislação específica para a protecção dos idosos, sendo estes apenas mencionados em alguns artigos como "pessoas particularmente indefesas em razão da idade". Para Maria Oliveira, "a legislação é avulsa, não se adequa à realidade actual. Acharmos que deve haver um novo enquadramento jurídico para proteger os idosos dos tipos de violência e crime a que são sujeitos. Sempre com atenção para não esquecermos a autonomia das pessoas idosas, muitas vezes caímos no paternalismo." Em todo o caso, "é necessário agir".

O QUE FALTA?

"Faz falta uma legislação específica", afirma a APAV. Se falarmos de violência doméstica, temos uma legislação que protege estas vítimas, que enquadra também este grupo etário. Mas há situações que fogem à legislação. "A verdade é que temos respostas sociais para as situações de dependência, mas para os casos de idosos autónomos não temos grandes respostas ou sequer vagas nas instituições. "A lei 112/2009, de 15 de Setembro, fala das pessoas vulneráveis e que a responsabilidade de retirar estas pessoas é da Segurança Social. Mas o que acontece é que os equipamentos sociais não são suficientes, há cada vez mais lares ilegais, e as pessoas também não querem sair da sua residência, apesar de viverem uma relação abusiva com o cônjuge ou com um filho", exem-

plifica. Outro exemplo é o abandono de idosos em hospitais: "legalmente não há nenhum mecanismo de defesa. Segundo a lei, a pessoa para estar numa situação de abandono tem de estar numa situação de risco e, estando num hospital, não é considerada como estando em risco. Mas também não pode lá ficar indefinidamente. São situações do dia-a-dia face aos quais é difícil accionar os mecanismos legais porque não estão previstos. A solução não tem de passar pela criação de uma legislação nova. Mas pode passar por uma nova metodologia de intervenção em rede, entre as forças de segurança, com o Ministério Público, com os hospitais, com as IPSS, a Direcção Geral de Reinserção Social. Há entidades que já trabalham neste campo e que podem ser rentabilizadas em rede."

COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE IDOSOS

Maria Oliveira tem relutância em falar de uma comissão de protecção ao idoso, à semelhança do que existe para as crianças e jovens em risco, mas também não rejeita a ideia. "Não tem de haver uma comissão criada de novo, tem de se rentabilizar o que já há. Se até já há uma comissão de protecção de crianças e jovens, esta poderia ser uma comissão de protecção à família, que abarcasse este tipo de situações. Temos é de pensar nesta nova realidade. Pode passar pela criação de uma comissão ou não". A APAV faz parte de uma comissão local de protecção de idosos em São Miguel e em Santa Maria, nos Açores, o que lhe serve como bom exemplo de agilização de recursos existentes. "Tratando-se de várias entidades com contacto com o público-alvo, isso permite-nos ter conhecimento da existência dos casos".

Nunca são demais os mecanismos de protecção aos idosos em risco

OPINIÃO

Pedro Santana Lopes

Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa



A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), desde a sua fundação há precisamente 515 anos, tem na sua génese uma relação íntima e próxima com os idosos, sobretudo com aqueles que estão mais desprotegidos na sociedade e que carecem de recursos para assegurar uma vida digna. Naturalmente, os desafios que se vão colocando às sociedades mudam com os tempos e com as circunstâncias. Consequentemente, vão sendo necessárias diferentes respostas para lidar com os idosos em risco. Se, por um lado, todos nós nos congratulamos com o aumento da esperança média de vida - uma conquista da modernidade em prol da Humanidade -, por outro, temos que estar conscientes que essa é uma realidade que implica novos desafios para os quais temos de estar preparados. E, nesse campo, a Equipa SCML tem desenvolvido um trabalho incansável na forma como vai acompanhando e respondendo às necessidades dos idosos que, por inúmeras razões, carecem de ajuda. Actualmente, a SCML apoia 9100 idosos a diferentes níveis (médico, psicológico, social, entre outros). E foi para otimizar e agilizar essa

resposta que, mal tomei posse como Provedor da SCML, criei o Programa Inter-Gerações, de modo a sinalizar todos os idosos em Lisboa que pudessem precisar de apoio. Foi um trabalho pioneiro que nunca tinha sido feito, porém era uma ferramenta imprescindível para permitir uma solução adequada aos problemas que os idosos sofrem em pleno século XXI. Sinalizámos quase 23 mil moradas, das quais resultaram 542 casos de "intervenção urgente".

Além dos problemas de saúde e financeiros que afectam milhares de idosos em Portugal, a solidão assume-se, cada vez mais, como um flagelo social. Por isso, tem sido uma das minhas prioridades tornar a "idade maior" um factor de esperança, de alegria e de integração. O programa "Viver Melhor", que inclui um plano abrangente de actividades ao ar livre, de eventos culturais, de momentos de convívio entre idosos e artistas, é disso exemplo. Porque, infelizmente, constata-se que os idosos são, por vezes, esquecidos pela sociedade e pelas famílias. A solidão pode ser, assim, o principal factor de risco para um idoso.

Acreditamos que nunca são demais os mecanismos para a protecção dos idosos. E, deste modo, a criação de uma comissão nacional de protecção aos idosos em risco poderá ser uma ideia interessante. No entanto, penso que primeiro seria aconselhável uma fase experimental a nível local, a desenvolver, por exemplo, em duas ou três freguesias da cidade.





5% da população já foi vítima de bullying ou stalking

ESTUDO DA APAV

CERCA DE 5% dos portugueses admite já ter sido vítima de bullying ou stalking. Ainda assim, segundo o mais recente estudo da APAV, mais de 80% da população não sabe o que é o stalking.

O stalking é assédio persistente – quando se explica isto, concretizando com alguns exemplos, 61% da população passa a reconhecê-lo.

É uma forma de violência, que pode passar por vigiar, permanecer à porta da casa ou do emprego de alguém, enviar mensagens ou presentes aparentemente inofensivos mas indesejados, etc. “Começa a assumir uma relevância tal, que é preciso pensar em como lidar com isto legalmente”, disse João Lázaro, presidente da APAV. É que, embora o stalking seja “extremamente violento”, porque mais não é do que

EM NÚMEROS //

26%

Não procurou ajuda

O estudo da APAV demonstra que 26% das pessoas que foi vítima de bullying ou stalking não procurou qualquer apoio. No entanto, 57% das pessoas fez-lo, mas recorrendo primeiro à família e amigos e só depois à polícia.

53%

Contactos indesejados

Nos casos de stalking, 53% das situações passaram por tentativas de contacto indesejado, ou presencialmente, ou eletronicamente. Muitos estão associados a casos de violência doméstica e/ou ao fim de um casamento.

perseguir alguém, “nada existe na lei para o criminalizar”, explicou.

“Não pode criminalizar-se o ato de enviar 50 ramos de rosas a uma pessoa num mês, mesmo que a pessoa não os queira”, concretizou Daniel Cotrim, psicólogo daquela associação.

O estudo – levado a cabo pela Intercampus, contemplando 1014 entrevistas – mostrou, ainda, que em 18% dos casos referenciados (isto

quando se perguntou ao inquirido se conhecia alguém vítima de bullying ou stalking) a situação de violência ainda estava a decorrer. Sobre a frequência destas agressões, o documento evidencia que a maioria acontece diariamente (41%) e que 53% podem durar até um ano. Na maioria dos casos, a vítima pediu ajuda aos familiares e amigos. Só em terceiro lugar aparece a polícia. LEONOR PAIVA WATSON

BARÓMETRO DA APAV

Vítimas de assédio

■ Um em cada quatro dos inquiridos no Barómetro da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e da Inter-campus dizem conhecer algum caso ou ser vítima de assédio ou perseguição.

**DISCURSO DIRETO**

DANIEL COTRIM Assessor técnico da direção da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima **sobre assédio e perseguição**

“Violência grave e letal”

● JOANA NOGUEIRA

Correio da Manhã – O número de casos de assédio e perseguição tem vindo a aumentar?

Daniel Cotrim – Não podemos dizer ao certo quantas situações temos de assédio persistente ou de perseguição porque não são consideradas crime. No entanto, conseguimos perceber que há um valor residual de situações do género, em que, por exemplo, o perseguidor envia centenas de flores, de mensagens, acampa à porta da casa da vítima. Temos a percepção de que as formas de violência são cada vez mais graves e letais.

– A população em geral está mais informada sobre esta matéria, tem consciência destes comportamentos?

– O conhecimento destas situações tem aumentando. As pessoas são capazes de reconhecer



comportamentos. Muitas vezes chegamos a situações de bullying através de casos de violência no namoro. O ‘stalking’ está muito presente na violência doméstica, sobretudo na fase final, quando a mulher sai da relação e a maioria dos comportamentos não são criminalizáveis.

– E isso demove as vítimas de procurarem ajuda?

– Não é complicado pedir ajuda mas sim pedir proteção. No entanto, e como nestes casos o difícil é a prova, se houver ameaças, agressões, mensagens, a vítima deve apresentar queixa. ■



05-07-2013

Tiragem: 69744

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 3

Cores: Cor

Área: 5,39 x 5,75 cm²

Corte: 1 de 1



Estudo. Vítimas de perseguição na Net

Um em cada quatro inquiridos num estudo da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) disse conhecer alguém ou ter sido vítima de assédio persistente, perseguição na Internet e bullying. Os dados são do 4.º Barómetro APAV/Intercampus, sobre o tema da “Perceção da população portuguesa sobre stalking, cyberstalking, bullying e cyberbullying”.

BARÓMETRO DA APAV

27% sofrem com perseguição

Um em cada quatro inquiridos num estudo da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) disse conhecer alguém ou ter o próprio sido vítima de assédio persistente, perseguição na Internet e *bullying*. Os dados são do 4.º Barómetro APAV/Intercampus, sobre o tema da “Perceção da população portuguesa sobre stalking, cyberstalking, bullying

e cyberbullying”, que decorreu entre os dias 23 de abril e 20 de maio. O estudo teve como base entrevistas a 1.104 pessoas, com idades entre os 15 e os 64 anos, distribuídas pelas regiões Norte (37%), Centro (23%), Lisboa (28%), Alentejo (7%) e Algarve (5%). A maioria das vítimas é do sexo feminino e em 18% dos casos a situação ainda está a decorrer.

ID: 48591353

05-07-2013





AS MINHAS COISAS

POR CÉLIA ROSA FOTOGRAFIA GERARDO SANTOS/GLOBAL IMAGENS

CATARINA DE ALBUQUERQUE

Bebe água da torneira porque tem qualidade e é mais barata e aconselha toda a gente a fazer o mesmo. Catarina de Albuquerque, relatora das Nações Unidas para o direito humano à água e ao saneamento, trabalha para a realização deste direito fundamental em todo o mundo.

AGENDA

«Tenho muitas vidas paralelas e é aqui que aponto tudo: as viagens, os nomes das pessoas, os hotéis, as reuniões da ONU, da APAV, da escola dos meus filhos, os jantares de trabalho ou com amigos. Já tenho coisas marcadas para 2014.» O senão é que confia tanto na agenda que quando não a encontra sente-se perdida.

GARRAFA

Enche-a com água da torneira e tem-na sempre à mão para evitar beber água engarrafada. «Em Portugal a água canalizada tem muito boa qualidade, é muito mais barata e bebê-la é proteger o ambiente. O direito humano à água e ao saneamento é determinante para acabar com doenças que provocam a morte de uma criança a cada vinte segundos.»

CADERNO DE NOTAS

Acaba um, começa outro e é assim há anos. É ali que toma notas das reuniões e das missões que faz no terreno, das intervenções na ONU, das entrevistas que dá. «São fáceis de consultar e têm agrafados os cartões-de-visita das pessoas com quem me encontro. Guardo aqui o cartão da ONU, que me identifica e permite livre acesso.»





Um em cada quatro portugueses conhece uma vítima de bullying

Alguém lhe envia todos os dias bilhetes ou flores - a mesma pessoa que está sempre a encontrar "por coincidência" nos locais que costuma frequentar, que lhe envia repetidamente emails, que andou a recolher informação sobre si e que você suspeita que é a que lhe telefona às tantas da noite mas não diz nada. Isto é stalking. E significa, no essencial, assédio persistente. A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apresentou sexta-feira os resultados de uma sondagem feita pela Intercampus sobre stalking, cyberstalking, bullying e cyberbullying. Mais de um quarto dos inquiridos dizem que conhecem alguém que já foi vítima de algum destes fenómenos e 5% assumem-se, eles próprios, como vítimas.

A associação não tem dúvidas de que o problema será mais frequente do que parece. Isto porque a maioria da população (mais de 80%) não conhece o significado de stalking, ao contrário do que se passa com o bullying, ainda que quase sempre reconheça os comportamentos que lhe estão associados. Para além disso, as 1014 entrevistas conduzidas foram presenciais - e as pessoas nem sempre assumem, junto de um entrevistador, o que se passa na sua intimidade, diz Daniel Cotrim, assessor técnico da direcção da APAV.

Muitas das atitudes e comportamentos associados ao stalking e ao bullying estão tipificados como crime (a agressão física, por exemplo), mas outros não - "Experimente ir à polícia dizer que alguém lhe manda todos os dias rosas caras. Dizem-lhe, provavelmente, que não podem fazer nada até que essa pessoa lhe dê uma estalada. E, no entanto, isso



Mais de um quarto dos inquiridos dizem que conhecem alguém que já foi vítima de algum destes fenómenos e 5% assumem-se, eles próprios, como vítimas

está a ter um impacto terrível na sua vida", diz Daniel Cotrim. Esta é uma das razões que levam a APAV a pedir que stalking, cyberstalking, bullying e cyberbullying sejam considerados crime.

É ainda necessária uma prevenção mais eficaz deste tipo de vitimação "e a promoção de um apoio mais qualificado e efectivo às vítimas deste tipo de situações".

O bullying é o fenómeno mais referenciado (por 88% das pessoas que se dizem vítimas ou que conhecem vítimas). A maior parte dos inquiridos reporta insultos, ameaças ou intimidações e agressões. E na maioria das vezes tudo acontece em ambiente de escola (em 55% dos casos os agressores são colegas de escola). Mas não só. Em algumas situ-

ações (13%) é um vizinho, em 10%, um desconhecido... Mas o bullying, garante Cotrim, também acontece frequentemente no local de trabalho.

Outra das perguntas feitas foi: "Com que frequência ocorre a situação?" Em 41% dos casos a resposta foi "diariamente", sendo que 53% das situações referidas duraram até um ano.

No stalking a violência mais relatada é a psicológica (ameaças, por exemplo), no cyberstalking a colocação de comentários indesejados em blogues e/ou redes sociais. No bullying o mais comum é o insulto e a intimidação e no cyberbullying as injúrias e a importunação. As vítimas procuraram apoio (57%), sobretudo, junto de familiares.



P'RA MENINA

CONSULTÓRIO
SEXUAL

Dr. Quintino Aires

➤ O meu marido bebe e bate-me

O meu marido bebe muito e, para além do estado de nervosismo com que estamos sempre, muitas vezes ainda me bate. Sei que ele está bêbedo quando faz isso, por isso tento compreendê-lo. Mas gostava de saber se um homem que ama uma mulher, quando está sob o efeito do álcool, lhe consegue bater. Pergunto porque acho que ele me ama, mas como me bate não sei.

Antónia Castro, Coimbra.

Quem ama, gosta e trata bem a pessoa a quem se dirige o seu amor. Pode ser que o seu marido goste de si em certos aspectos, pode ser que a aprecie pela forma como você cuida da casa e dos vossos filhos. Mas ama-la como um homem ama uma mulher? É claro que não! Já deve ter ouvido que o álcool desinibe. Algumas pessoas mais tímidas até costumam beber um pouco mais para fazerem algumas coisas que sem álcool não conseguem fazer. Ou seja, o que alguém faz sob o efeito do álcool é o que desejava fazer e não tinha coragem sem álcool. Por isso não se iluda. É evidente que o seu marido não a ama. E mais: estamos

"Algumas pessoas mais tímidas costumam beber um pouco mais para fazerem algumas coisas que sem álcool não conseguem fazer."

em 2013, não tem qualquer lógica, nem se consegue encontrar qualquer motivo para que um homem bata numa mulher. Por isso comece imediatamente a pensar a sua vida. Se sentir que precisa de ajuda, procure a APAV, uma associação que dá apoio a pessoas maltratadas. Eles têm muitas e diferentes possibilidades de ajuda, pelo que certamente também a podem ajudar. Mas seja honesta consigo. Não adianta fingir para si mesma que está a tentar resolver o problema e não ser assertiva.

Envie as suas perguntas para:

tvguia@quintinoaires.pt

ou para Consultório TVGuia

Arruamento D à Rua José Maria

Nicolau, nº3, 1549-023 Lisboa

www.quintinoaires.pt



Pelo menos 22 mulheres foram mortas desde o início do ano

Amélia e Alzira foram as últimas a entrar na lista do Observatório de Mulheres Assassinadas. Terão sucumbido sábado à fúria dos maridos. Neste ano, pelo menos 22 mulheres foram notícia por terem sido mortas por um homem com quem mantinham ou tinham mantido uma relação íntima. Tal como em 2012, o número deste tipo de homicídios ameaça este ano ser elevado.

No início da tarde de sábado, em Alhos Vedros, na Moita, terá sido atacada Amélia: a mulher, de 49 anos, terá sido esfaqueada pelo marido, de 60 anos. Convencido de que a deixara morta em casa, ele terá ido a um café contar o que acabara de fazer. Ela morreu a caminho do Hospital do Barreiro.

Horas depois, Alzira, nas Caldas da Rainha, terá sido agredida pelo marido: o homem, de 49 anos, ter-lhe-á batido com uma pedra na cabeça e te-la-á asfixiado com um lençol. Morta a mulher, de 42 anos, o agressor terá telefonado para o 122 e aguardado.

Só no primeiro semestre deste ano, o Observatório de Mulheres Assassinadas, um grupo de trabalho da organização feminista UMAR, que passa a imprensa nacional a pente fino em busca de notícias desta natureza, contou 20 casos. Com as duas ocorrências desde fim-de-semana, passa a 22. O número “nada augura de bom”, no entender de Elisabete Brasil, responsável pelo referido grupo. Em 2012, no final do primeiro semestre também contabilizava 20 casos e esse ano acabou por fechar com 40.

“Este é um ano de grande preocupação”, comentou ontem à tarde a jurista, numa curta conversa telefónica. “Os meses de Verão são terríveis.” A experiência mostra-lhe que nos meses de Julho, Agosto e Setembro tende a haver mais crimes de homicídio – tentado ou



Só no primeiro semestre deste ano, o Observatório de Mulheres Assassinadas, contou 20 casos

consumado. São meses de férias, as pessoas têm tendência a passar mais tempo juntas, lembra.

Podem agudizar-se os conflitos dentro dos casais. E as vítimas podem ter maior dificuldade em recorrer a estruturas de apoio. Muitas vezes, o homicídio é antecedido por episódios de violência. Não raras vezes, há registo de denúncias apresentadas às autoridades. E tudo isso, avisa, deve servir de alerta.

O número de mortes tem oscilado muito nos últimos anos. Em 2011, por exemplo, no final de Junho tinham sido notificadas 11 mortes e o ano terminou com 24. Indo mais atrás: a primeira metade do ano responde por 15 de 43 casos de 2010 e por 12 dos 29 casos de 2009. Daqui se depreende que não há uma evolução contínua, apesar do investimento

na prevenção da violência doméstica e na protecção de mulheres e crianças.

Embora não existam estudos sobre os efeitos da crise financeira e económica, “neste contexto torna-se mais difícil que as pessoas saiam das relações complicadas em que estão”, diz João Lázaro, presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. “Mas muitas vezes o medo de destruir o núcleo familiar ou de perder os filhos é superior e as pessoas retraem-se.”

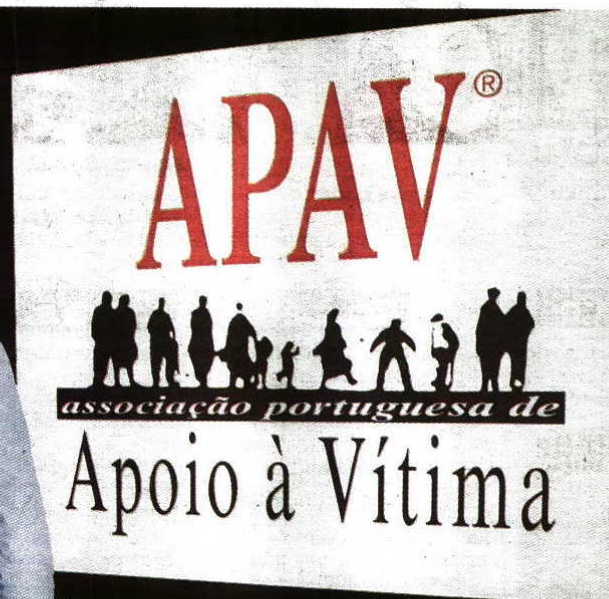
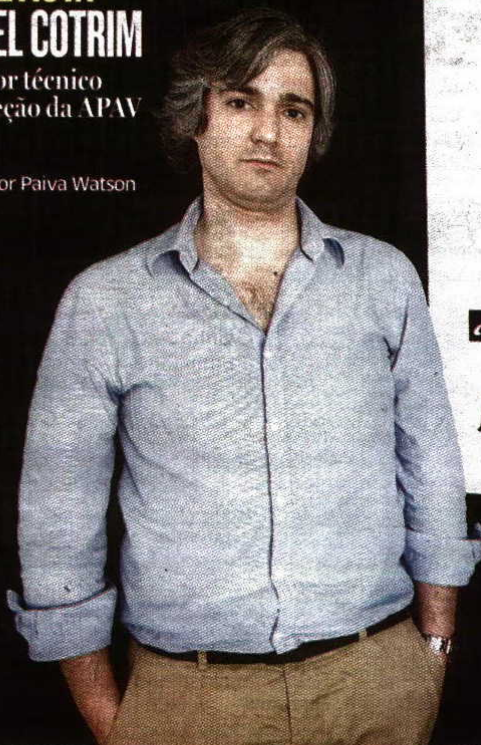
Alzira, a mulher morta nas Caldas da Rainha, estava doente. Estaria a recuperar de um cancro. Passava grande parte dos dias dentro de casa. O marido também lá estava. Estava desempregado. Outrora motorista de pesados, estava agora reduzido a serviços ocasionais de construção civil.



ENTREVISTA DANIEL COTRIM

Assessor técnico
da Direção da APAV

Por Leonor Paiva Watson



66

"É preciso mudar as mentalidades e apostar na prevenção. (...) Ensinar a igualdade e o respeito".

Dizia-me que o aumento da violência sobre os idosos está ligado à crise. Porquê?

Porque os filhos perdem o emprego, vão buscar os pais ao lar e passam a viver das suas pensões e, não raramente, os idosos acabam a dormir no chão da cozinha.

E no caso dos idosos incapazes que precisam mesmo de uma instituição?

Nesses casos aumentaram as mensalidades em atraso nos lares, os apoios técnicos que não são pagos, os funerais que não se fazem. Enfim, os idosos não são prioridade. Entretanto, e fora do contexto da crise, surgem novas formas de violência, como bullying e o stalking, que não são crime...

Sim, e é por não serem crime que oferecem grande dificuldade. No caso do stalking, que é assédio persistente, não se pode criminalizar o ato de enviar poemas todos os dias a uma pessoa, mesmo que esta não os queira. Ou mesmo o ato de alguém se colocar à porta do emprego da outra, diariamente. Mas as consequências são dramáticas e podem levar ao suicídio.

Como diminuir a violência, em todas as suas formas, num país?

Mudando mentalidades e apostando na prevenção, que irá poupar milhões na intervenção. Isto começa nas imagens passadas às crianças. Toda a violência é uma questão de poder. Temos que ensinar a igualdade e o respeito. Mas se, por exemplo, nas questões de género, as histórias de dormir continuam a mostrar que a mulher boazinha é a que lava e passa, como a Branca de Neve faz aos sete anos; e que a que tem algum poder é má, temos tudo estragado. É preciso trabalhar isto através das escolas e envolver os pais. ●

"Crise adia a resolução de casos de violência doméstica"

Há 13 anos que Daniel Cotrim trabalha com vítimas de violência. É preciso rigor, humor e flexibilidade, diz. Com o tempo desenvolve-se a intuição, garante. É preciso ainda estar atento aos sinais dos tempos. E esses dizem-nos, por exemplo, que em tempos de crise as vítimas têm mais dificuldade em libertar-se do agressor e que o sistema está saturado. **A crise em que o país está mergulhado aumenta os números da violência? Altera comportamentos?**

Altera comportamentos, mas não há uma correlação direta entre a crise e a violência. O que a crise traz é mais medo a quem já é vítima. A vítima sente que não pode sair do ambiente opressivo em que vive: porque não arranjará emprego, não arran-

jará casa, enfim, não arranjará forma de autonomizar-se. Logo, fica onde está.

A grande consequência da crise é o aumento de casos que não se resolvem?

Exatamente. Está instalado um sentimento de falta de esperança. A vítima sente-se mais vulnerável e o agressor percebe isso. Aumenta assim a severidade, isto é, os casos acabam por ser mais letais. **Como se trabalha neste contexto?**

Nos dois últimos anos temos um serviço de chamadas de apoio continuado, até porque há vítimas que não têm dinheiro para se deslocarem até nós. O que fazemos é uma avaliação do risco e, depois, estabelecemos um plano de segurança pessoal.

Um plano que a vítima vai colocar em prática no ambiente onde é oprimida?

Sim. É isso mesmo. **Pode dar exemplos de uma estratégia de defesa?**

Pedimos à vítima que não se feche no quarto de banho, porque não tem janela e vai ficar encurralada; pedimos também que não fuja para a cozinha, porque lá há facas; ainda que não vá para a varanda, porque pode ser empurrada; que mantenha um vizinho informado da sua situação e, no limite, não grite 'socorro', grite fogo.

Porquê gritar "fogo" em vez de "socorro"?

Se gritar 'socorro', ninguém quer 'meter a colher'; se gritar 'fogo' as pessoas acodem, porque o fogo pode alastrar às suas casas.

É curioso que assim que começamos a falar de violência, começamos pela conjugal. Ainda é a mais frequente na vossa estatística?

É. Segue-se a violência contra as crianças e depois a violência contra os idosos e esta

última, sim, está a aumentar por causa da crise.

Antes de falarmos dos idosos, gostaria de saber quantas casas abrigo temos e se, atualmente, há vagas...

Temos 37 e não há vagas. **E se na tal avaliação perceberem que há risco de vida, deixam a vítima a viver com o agressor?**

Fazemos logo queixa à polícia e acelera-se o processo. Mas importa reter que a crise adia a resolução dos casos.

ALGUNS DADOS

5%

STRESSE PÓS-TRAUMÁTICO
5% das vítimas de violência conjugal desenvolvem um quadro de stress pós-traumático.

37

CASAS DE ABRIGO
Portugal tem 37 casas de abrigo e não há vagas em nenhuma, nem mesmo de emergência.

21%

ESTUDO ESCOCÊS
Um recente estudo escocês refere que 21% das vítimas de bullying ou stalking tentaram o suicídio.

//PRIMEIRO PLANO//SOCIEDADE VIOLENTA

Especialistas estão preocupados com aumento de vítimas e do nível de violência

CRISE É GATILHO QUE FAZ

Carlos Varela
e Susana Otão
policia@jn.pt

O número de homicídios está a crescer e com uma cada vez maior desprezo pela vida humana. Para Carlos Poiars, psicólogo forense, a culpa é da crise. "As pessoas perderam a esperança", diz.

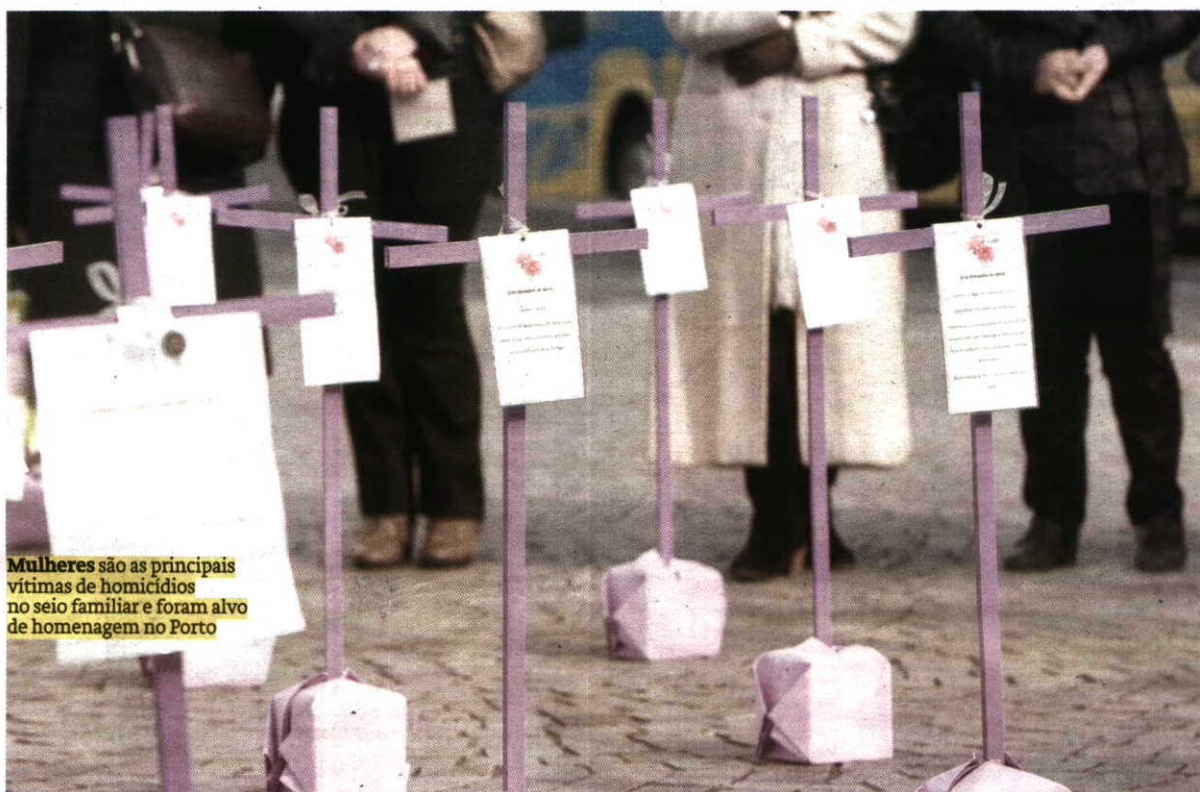
Os sinais de alarme quanto aos números começaram em 2012, mas a tendência manteve-se no primeiro trimestre deste ano, com uma subida de 20%. E os dados recolhidos pelo JN dão conta de que a aritmética da morte já vai, este ano, em 71 homicídios, até ontem, mais oito do que o registado no ano passado, até ao final deste mês. O último caso aconteceu ontem, em Loures.

Carlos Poiars, psicólogo forense e presidente da Associação para a Intervenção Juspiscológica - PSIJUS, associa o aumento dos crimes à crise que atinge o país. "Falo da crise financeira e da crise social, que é uma consequência", aponta, questionado pelo JN. A associação estudou a questão e esta semana vai tornar público um comunicado que tem como uma das suas principais conclusões precisamente o aumento da violência associado à crise.

O psicólogo considera que a subida imparável dos homicídios é uma situação "muito preocupante para todos".

Normalmente, o discurso oficial relativo aos homicídios agrega a ideia de que se trata de crimes praticados no seio familiar ou de relacionamentos próximos, o que afasta a possibilidade de uma aproximação ao crime praticado, por exemplo, nos roubos ou associado ao crime organizado. Mas Carlos Poiars sustenta que "não podemos apenas preocupar-nos com os assaltos a bancos. E o crime que tem por alvo pessoas próximas do homicida é revelador dos problemas sociais que enfrentamos".

"Vivemos numa ditadura



Mulheres são as principais vítimas de homicídios no seio familiar e foram alvo de homenagem no Porto

financeira e as pessoas perderam a esperança de que as coisas mudem. Os problemas psíquicos acumulam-se e agravam-se. Os mais jovens ainda podem emigrar, mas e os mais velhos? As pessoas estão desesperadas e caem na violência", considera o especialista. E Portugal parece viver uma situação única. "Enquanto que, em outros países, a violência tem uma imagem social, mais exterior, em Portugal, devido à nossa forma de ser, a violência recai sobre quem está próximo", afirma.

Uma fonte do Ministério Público admite que a crise produz "uma maior conflitualidade nas casas das famílias". E dá como exemplo "as

pessoas que querem separar-se, mas não têm condições nem dinheiro para o fazer e acabam por ficar amarradas e a conviverem com a pessoa que não querem. O mesmo acontece quando se trata do poder parental. A conflitualidade familiar aumenta". Sónia Reis, psicóloga criminal da Associação de Apoio à Vítima (APAV) considera que o fenómeno "tem de nos fazer pensar a todos e às instâncias superiores que é preciso apostar na prevenção". Este ano a APAV já apoiou 48 pessoas familiares e amigos de vítimas de homicídio.

Também Carlos Poiars defende que o Governo "tem de deixar de meter a cabeça na areia e avançar para uma política clara de prevenção, aumentando o número de técnicos nas escolas, nos centros de saúde e nos tribunais. É nesses setores que podem ser detetadas as situações de risco e fazer um acompanhamento próximo. Mas tem de haver técnicos e meios".

HOMICÍDIOS //EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VÍTIMAS

Dados do Gabinete de Segurança Interna

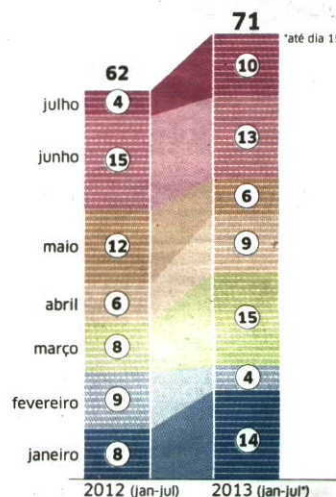
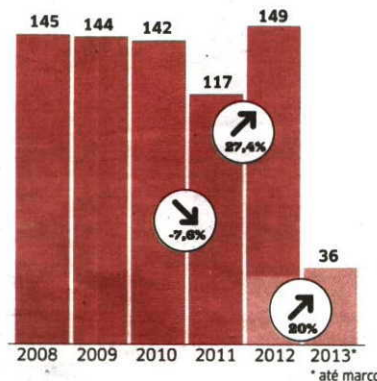


+37%

AUMENTO DA CRIMINALIDADE NO SEIO CONJUGAL, EM 2012 (37 casos) FACE A 2011 (27 casos)

71 homicídios desde o início do ano até 15 de julho

Comparação mês a mês (dados recolhidos pelo JN)



TEM DE HAVER MAIS TÉCNICOS PARA DETETAR SITUAÇÕES DE RISCO", DIZ CARLOS POIARS

el de violência. Pedem ao Governo uma aposta clara na prevenção

DISPARAR HOMICÍDIOS

71.^a vítima Josefina foi morta pelo marido

Assassinada na rua com golpes de catana e faca pelo companheiro

Carlos Varela*
carlos.varela@jn.pt

UMA MULHER, de 51 anos, foi assassinada a golpes de catana e de faca, no pescoço e no peito, pelo próprio marido, na sequência de desavenças conjugais, provavelmente causadas pelo facto de o companheiro beber demasiado.

O crime aconteceu pouco depois das 14 horas, no Catujal, Loures, mas a vítima, Josefina, de 51 anos, empregada doméstica, faleceu ao fim da tarde, no hospital. É a 71.^a vítima este ano. O agressor, conhecido por Lino, de 53 anos, trabalhava na Junta de Freguesia, na limpeza de ruas e a catana estava escondida no carrinho que usava na profissão.

O casal já se tinha separado uma vez, devido a zangas ligadas ao álcool, mas Josefina voltara. Há uma semana



Josefina foi atacada pelo marido em plena via pública



"Ele tomava uns comprimidos, não sei porquê, mas sei que ele era bom homem".

Manuel
52 anos, amigo do casal

nova separação terá desequilibrado o agressor.

"Eu sei que ele tomava uns comprimidos, não sei porquê, mas era bom homem", contou ao JN Manuel, amigo de Lino e Josefina, a quem conhecia desde miúdos. Josefina trabalhava na limpeza da Vivenda Monteiro e Lino andava perto na limpeza de ruas. Segundo uma testemunha do crime, Lino chamou Josefina. Sem grandes palavras desferiu-lhe uma catana no pescoço e depois vários golpes de faca, entregando-se na PSP.

* COM NUNO MIGUEL RÓPIO

Guerras de gangues regressam em força

OS DADOS do Relatório Anual de Segurança Interna referentes a 2012 davam conta de uma redução nos crimes praticados pela "atividade grupal", ou de gangues, de 7.300 ocorrências, menos 985 face a 2011. Mas bastaram não mais de 23 dias, para, em junho último, a estatística ser esquecida, com dois mortos e dois feridos a marcarem o regresso das batalhas entre grupos rivais. Os incidentes, envolvendo

grupos da Amadora e de Sintra mostraram que as coisas não estão tão pacíficas. A guerra recomeçou com a morte de um jovem, de 20 anos, no dia 6 de junho, junto a uma escola da Amadora (um outro, de 19, ficou ferido) e prosseguiu, no dia 26, com a vingança contra um elemento de outro grupo, de 18 anos, que acabou ferido. Três dias depois, Airtton Brazão, da Amadora, encontrou a morte numa discoteca em

Lisboa, durante o ataque de um grupo rival, crime que a Polícia admite possa ter a ver com os casos da Amadora.

No dia 13 do mesmo mês, a PSP fora obrigada a intervir no Bairro 6 de Maio, na Damaia, depois de grupos de jovens terem incendiado automóveis, em protesto pela morte de um jovem do bairro, que atribuíram a violência policial. O ambiente só acalmou depois de a autópsia ter provado que o falecido tinha ficado a dever-se a doença. No último sábado, uma rixa na Quinta do Mocho, em Loures, provocou um morto, por rivalidades com o bairro da Quinta da Fonte. ●

[VIOLÊNCIA SEM EXPLICAÇÃO]



LOURES

MORTAS À PORTA DE INFANTÁRIO

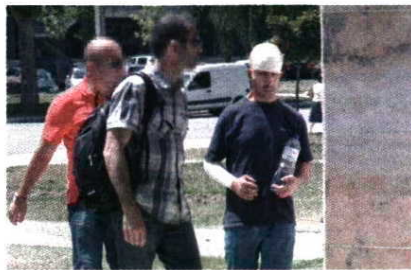
No dia 14 de Junho, Mónica, de 26 anos, e Inês, de 22, foram mortas a tiro, à porta do Infantário Pomba da Paz, no Catujal, quando iam buscar a filha da primeira. O autor do crime foi Pedro, ex-companheiro de Mónica, que se suicidou.



PORTO

ESTACIONAMENTO PROVOCA HOMICÍDIO

Foi por um simples estacionamento no acesso à garagem de uma moradia que Alberto Vieira perdeu a vida, no dia 6, no Porto. O dono da casa, Álvaro Guedes, não gostou e foi atrás de Alberto Vieira, desferindo-lhe várias facadas. Está preso.



BRAGA E TORRES VEDRAS

A MORTE ASSOCIADA ÀS TERRAS

Matar em rixas causadas por terras já se tornara um crime vulgar. No dia 8 deste mês, em Braga, Joaquim matou o primo, à sacholada, por causa de um rego de água. Em Torres Vedras, a disputa fatal teve a ver com a partilha de terrenos.

3 PERGUNTAS A

Álvaro Caryalho
Psiquiatra coordenador
nac. de Saúde Mental



1 O aumento significativo de homicídios é o espelho do momento social e económico do país?

É um sinal de alarme, sem dúvida. Quando as pessoas estão em momentos de tensão a viver sentimentos de crise económica, os quais não dominam, altera-se o equilíbrio emocional e aí há a tendência de exteriorizar o mal estar, com atitudes mais impulsivas.

2 Fatores como o desemprego podem de gerar em atos violentos?

Se alguém perde o emprego, não consegue arranjar um novo local de trabalho e em consequência disso perde a casa e a capacidade de alimentar a própria família o funcionamento emocional fica instável. Se aliado a isso a pessoa já tiver um fundo depressivo, esses fatores podem servir de gatilho para atos violentos.

3 Grande parte dos crimes ocorre no seio familiar...

No seio familiar, as atitudes são menos controladas do que no seio social, pelo que essa espontaneidade pode levar a um risco maior de comportamentos intolerantes e levam a atitudes agressivas.



O Ministério Público investiga dez mil casos de violência só no distrito judicial de Lisboa

21 mulheres mortas por companheiros este ano

Maus tratos. Homicídios conjugais com tendência para subir. Nos primeiros seis meses houve menos 16 casos do que em todo o ano de 2011

FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA

"Já está, matei a Lurdes." Manuel, 79 anos, gritava com as mãos cheias de sangue, à saída da casa em que durante anos viveu com a esposa, de 77. A pacata vila de Alenquer acordou, numa noite de abril, com a confissão do marido, com as mãos ensanguentadas.

Um caso que faz parte das estatísticas que mostram um total, até junho, de 21 mulheres mortas pelos companheiros ou maridos. Estes números permitem antecipar uma tendência para este ano: as mortes em contexto conjugal poderão aumentar. Nos doze meses de 2011, os órgãos de polícia criminal registaram 27 casos de homicídios deste tipo e no ano passado 37, menos 16 do que os que até agora — em seis meses — já foram sinalizados.

Segundo fonte policial explicou ao DN na altura, o idoso, ex-trabalhador da Câmara de Alenquer, terá desconfiado que a esposa o traía com outro homem, tendo por isso agarrado num machado e atingido a mulher com violência na cabeça. A vítima morreu logo, antes de a ambulância chegar. O agressor era reincidente pelo crime de homicídio conjugal.

Porém, o aumento de mortes neste contexto não é acompanhado pela subida de queixas-crime. Até março de 2013, o distrito judicial de Lisboa registou 2441 casos de maus tratos conjugais, menos 115 do que no período homólogo do ano anterior (2556), segundo o

Relatório Anual da Procuradoria-Geral distrital de Lisboa.

E a tendência poderá ser de queda. De acordo com o que João Lázaro, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), explicou ao DN, "não podendo ainda adiantar-lhe números, posso dizer-lhe que as queixas que aqui chegam estão a diminuir". "E aqui entra o fator

crise... porque a verdade é que muitas mulheres acabam por não avançar com uma queixa devido aos constrangimentos financeiros atuais", explica ainda o responsável pela APAV. "Não veem saída para a sua situação e deixam-se estar", concluiu.

Na segunda-feira, Josefina, de 51 anos, foi assassinada a golpes de catana e faca, no pescoço e no peito. A vítima, mulher a dias, foi assassinada à porta da casa onde trabalhava pelo marido, com problemas de alcoolismo. Este terá sido o caso mais recente investigado pela PJ.

Famílias impedem queixas-crime Segundo fonte do Ministério Público, há uma nova realidade que também tem de ser considerada para explicar esta tendência de descida do número de queixas. "Há casos de famílias que vivem todas na mesma casa: sogra, sogro, filho, nora, netos", explicou ao DN um procurador do Ministério Público. "E que depois, perante situações dessas, o marido agride a mulher, porque está tenso e depois a mulher não faz queixa porque não tem qualquer perspectiva de autonomia", concluiu.

Também o Relatório de Segurança Interna, relativo a 2012, demonstra que o número de homicídios conjugais aumentou no ano passado, sendo que ao mesmo tempo que as participações baixaram 10%. A PSP e a GNR receberam 26 084, ou seja, menos 2896 casos do que em 2011.

NÚMEROS

DISTRITO DE LISBOA

► **Só nas comarcas** que englobam a Procuradoria-Geral distrital de Lisboa — quase metade do território judicial — foram registados 10 018 inquéritos, durante os 12 meses do ano passado, pelo crime de maus tratos em contexto conjugal. Menos cerca de 400 do que no ano anterior.

HOMICÍDIOS

► **No País todo**, até 15 de julho, foram registados 71 homicídios. Um aumento face aos anos anteriores. Em julho de 2012 foram 62 os casos registados pelo Gabinete de Segurança Interna. Em contexto conjugal, foram registados 37 casos no ano passado.

1.º TRIMESTRE EM LISBOA

► **Até 31 de março** deste ano, a Procuradoria-Geral distrital de Lisboa deu entrada de 2441 queixas. Menos 115 do que no período homólogo do ano anterior.



APAV quer mão pesada para tráfico de pessoas

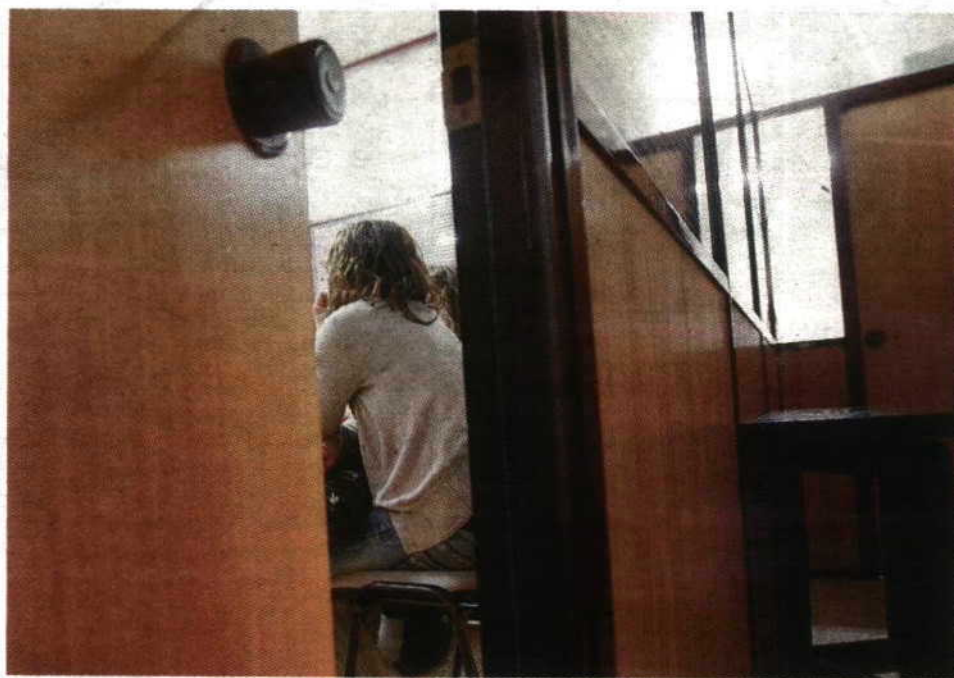
Associação defende instrumentos de investigação privilegiados no que toca a este crime

Leonor Paiva Watson
leonorpaiva@jn.pt

APAV defende que seja concedida autorização de residência às vítimas estrangeiras de tráfico humano, sem que estas necessitem participar na investigação criminal, como prevê a lei.

A sugestão da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima surgiu no âmbito da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na Assembleia da República, no debate do projeto lei 427/12, que altera o artigo 160 do Código Penal e inclui novas formas de tráfico, como prevê uma diretiva europeia. Além de concordar com este projeto lei, a APAV propôs, ainda, outras modificações.

"Alterar a Lei 23/2007, por exemplo, vai permitir à vítima ter mais proteção. Hoje, só lhe é concedida a autorização de residência se participar na investigação criminal ou em casos muito excecionais", avançou Juliana Moya. A especialista da APAV defendeu ainda que "o país deveria ter políticas no sentido de dar à vítima de tráfico um



ARTUR MACHADO / GLOBE IMAGENS

Associação quer mais proteção para as vítimas de tráfico

estatuto igual ao da vítima de violência doméstica".

Novas formas de tráfico

À parte destas sugestões, a APAV congratulou-se com o Projeto Lei 427/12 que introduz novas formas de tráfico, como a exploração através da mendicância, a servidão doméstica, ou a instigação a práticas de crimes, como furtos ou tráfico de drogas.

"As formas de tráfico mudam com o tempo, portanto, é muito bom que a lei seja mudada. Cada vez mais se identificam, por exemplo, situações de crianças a mendigar", referiu.

Até aqui, a Lei apenas prevê a exploração sexual, a laboral, a extração de órgãos e a adoção ilegal de crianças.

Ainda em debate na comissão esteve a alteração da lei 5 de 2002, que pretende incluir o tráfico de seres humanos na criminalidade organizada. "Com isto, será possível a utilização de instrumentos de investigação privilegiados, como, por exemplo, a quebra do sigilo bancário", aplaudiu Juliana Moya.

Garante esta técnica que, desta forma, "é possível levar mais casos de tráfico de pessoas a tribunal, coisa que ainda não acontece muito". ●

O RETRATO

125 vítimas em 2012

Segundo um relatório anual de tráfico de seres humanos do Ministério da Administração Interna, foram sinalizadas em Portugal 125 potenciais vítimas de tráfico, em 2012.

Exploração laboral

O tipo de exploração mais sinalizado em 2012 foi a exploração laboral: 41 sinalizações em Portugal e 42 no estrangeiro (portugueses no estrangeiro),

Recolocar a família como pilar da sociedade

Quando esta ideia passar a ser entendida pela sociedade como um todo, estamos finalmente a mudar a mentalidade vigente. Esta é a convicção de Maria João Quintela, Presidente da Associação Portuguesa de Psicogerontologia e Consultora da Direcção-Geral da Saúde que acredita que ainda há muito para fazer na forma como encaramos e tratamos os nossos mais velhos e que a resposta está em recolocar a família como pilar da sociedade.

Texto: Alexandra Peixinho Abreu

Fotografia: Sandra Bernardo

Com uma vida dedicada ao estudo do Envelhecimento, Maria João Quintela é, hoje, uma profissional e uma cidadã preocupada com a forma como encaramos e tratamos os nossos seniores. Enquanto o envelhecimento for considerado um problema e não uma dádiva, Portugal está longe de saber cuidar dos seus mais velhos. Para a Presidente da Associação Portuguesa de Psicogerontologia, com um currículo longo dedicado a estas temáticas, o "envelhecimento tem de ser visto como um ganho extraordinário. O aumento da esperança média de vida com qualidade e sem incapacidade é uma vitória do último século e um desafio para nos obrigar a mudar a sociedade e a mentalidade vigente."

"COMBATO A IDEIA DE LAR DE IDOSOS TAL COMO ESTÁ PENSADA"

E a mentalidade vigente passa por entregar os "nossos a outros" para serem cuidados e acarinhados. Até porque sempre que se fala em investimento no envelhecimento, fala-se em aumento de número de camas e raramente se pensa em serviços. Maria João Quintela explica melhor esta ideia quando assume que combate "ferozmente a ideia de lar de idosos". E isto porque assume que ainda não encontrou "nenhum estudo que comprove que a partir de uma certa idade as pessoas devem ir para um lar de idosos, onde na maior parte das vezes não recebem estímulos físicos e mentais que lhes permitam uma vivência em pleno, onde passam muitas vezes onze horas por dia num cadeirão, onde o isolamento é uma constante." Para esta profissional da saúde a fórmula é simples. "Basta que os nossos dirigentes decidam com base na forma como gostariam de ser tratados no futuro. Pergunte a qualquer pessoa, ninguém quer ir para um lar. E se assim é, por que continuamos a achar que os lares são a melhor resposta? Acredito que o modelo que está instituído não é o correcto".



AS RESPOSTAS ESTÃO DENTRO DA COMUNIDADE

Ainda assim, se pudesse, Maria João Quintela não terminava com os lares de idosos, "até porque não podemos acabar com os lares de um dia para o outro. Mas lançava um desafio às instituições para que utilizem o financiamento de que dispõem para procurar respostas dentro da comunidade. Apostando mais em serviços, em detrimento do aumento de número de camas, e envolvendo as famílias. Desta forma os lares transformavam-se gradualmente em serviços de proximidade de mãos dadas com a família". E como pode esta mudança ser feita? "Enfrentar este problema e reduzi-lo requer uma abordagem multisectorial e multidisciplinar,

com a família e as pessoas idosas como principais e fundamentais elementos da equipa de apoio, cuidados e acompanhamento. Há que trabalhar juntos, com a intervenção de múltiplos sectores para a saúde dos seniores, necessária à participação activa: reduzir a pobreza; promover os contactos sociais, que previnem a solidão e a depressão; melhorar a habitação, porque estas melhorias de acordo com as necessidades do sénior previnem os acidentes em casa; apoiar os que vivem sós, permitindo-lhes, por exemplo, acessibilidade às compras; disponibilizar serviços, tais como transportes, bibliotecas, educação, lazer; articular com as autoridades locais, que garantam por exemplo intervenções que permitam proteger do

frio no Inverno; mudar mentalidades e atitudes, mudando imagens negativas do envelhecimento. Também importa reformular alguns aspectos habitualmente ligados aos custos de saúde do envelhecimento. A ideia de que as pessoas idosas utilizam desproporcionadamente os recursos de saúde deve ser combatida. O que custa caro são as incapacidades e a pouca saúde. Uma boa saúde nas pessoas idosas poupa dinheiro, permitindo utilizá-lo noutras necessidades. O envelhecimento activo é um componente central de uma agenda de desenvolvimento. É importante assinalar também os três eixos fundamentais do Programa Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas e que passa pela promoção de um envelhecimen-

“

Basta que os nossos dirigentes decidam com base na forma como gostariam de ser tratados no futuro

to activo e saudável, pela adequação dos cuidados de saúde às necessidades específicas das pessoas idosas e pelo desenvolvimento intersectorial de ambientes capacitadores da autonomia e independência das pessoas idosas. É importante adaptar as respostas existentes às novas necessidades das pessoas idosas: prevenir a síndrome do “Chá e Torradas”; prevenir a inatividade e o tédio; prevenir a solidão; acompanhar nas situações de perdas e luto; interagir com diferentes grupos de idades; promover comportamentos saudáveis ao longo da vida; promover uma boa nutrição. Os paradigmas têm de evoluir de um envelhecimento medicalizado e passivo, para um envelhecimento com mais saúde e participativo. É preciso ultrapassar as barreiras do distanciamento e promover a saúde do envolvimento, da proximidade, do acompanhamento e da promoção da autonomia, da independência e da esperança média de vida das pessoas idosas”.

“

Acredito que o modelo que está instituído não é o correcto

O LADO POSITIVO DA CRISE

Devido à conjuntura de crise, com um crescente número de casais a ficar, parcial ou totalmente desempregado, muitas famílias estão a optar por retirar os seus familiares directos (pais e avós) de lares residenciais ou mesmo de centros de dia, como forma de evitar o pagamento de mensalidades e usufruírem das suas reformas a favor do agregado familiar. Esta situação deve ser acompanhada no sentido de garantir que a estes idosos estão a ser prestados os cuidados necessários. E as autoridades aparentam estar a tentar. Ainda assim, Maria João Quintela acredita que este novo facto pode ser encarado como um lado positivo da crise. E



isto porque “podemos aproveitar uma situação menos positiva que é de facto a crise e as dificuldades que esta acarreta na vida das pessoas e transformá-la numa situação positiva que passa pelo regresso dos seniores a casa. Porque o melhor lar é sempre o lar da família, desde que esta seja harmoniosa. Devíamos criar finalmente condições necessárias para ajudar as famílias a cuidar dos seus idosos e promover o

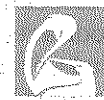
apoio dentro da comunidade. Porque a família deve ser recolocada como pilar da sociedade com capacidade para cuidar dos seus, novos e velhos”. Sabemos que a população está a envelhecer há mais de 30 anos e que a natalidade está a diminuir. No entanto, não criámos políticas de apoio às famílias condizentes com esta realidade. E as famílias precisam de ser ajudadas, precisam de apoio social e económico

co que lhes permita tomar conta dos seus, das suas crianças entregues horas a fio às creches e dos seus idosos, muitas vezes entregues aos lares por falta de condições, conhecimento e tempo. Maria João Quintela termina salientando que “a aposta tem de ser em nós. Só assim podemos ter uma sociedade de progresso e desenvolvimento. Temos de apostar na vida das pessoas, em qualquer idade”. ●

SOLUÇÕES POUPANÇA E PROTEÇÃO

www.montepio.pt

Texto escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico.



Montepio

Valores que crescem consigo.

blog

DIÁRIO JURÍDICO

[« post anterior](#) | [home](#) | [post seguinte »](#)

SEXTA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 2013

APAV - Seminário Infovítimas

O Direito das Vítimas de Crime à Informação

23 e 24 de setembro - Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa,

http://apav.pt/apav_v2/index.php/pt/main-menu-pt/537-seminario-infovitimas-o-direito-das-vitimas-de-crime-a-informacao-23-24-setembro-gulbenkian

temas: [conferências](#), [vítimas](#)

publicado por Paulo Alexandre Rodrigues às 18:22

[link do post](#) | [comentar](#) | [favorito](#)

[Adicionar ao SAPO Tags](#) | [Blogar isto](#)

[.HPL - Sociedade de Advogados,](#)
[R.L. Maia - Vigo - Madrid](#)

.Julho 2013


DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
		1	2	3	4	5
6						
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

Vôos Mais Baratos
On-line
www.JetCost.pt/Voo...
Encontra Bilhetes de

Recursos

Mais informação melhor participação

Você está em » [Início](#) » [Recursos](#) » [Agenda](#) » Seminário Infovítimas

 [Vocalizar](#)  [Recomendar](#)  [Imprimir](#)  [RSS](#)

Seminário Infovítimas

Tema: O Direito das Vítimas de Crime à Informação

Local: Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

Data: 23 e 24 de setembro de 2013

O Seminário centrar-se-á em temas fracturantes na área dos direitos das vítimas de crime, com especial enfoque no direito à informação e nos desafios que este acarreta para as autoridades judiciais e policiais, quer a nível nacional quer a nível Europeu.

Contactos:

APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

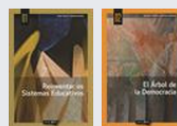
Rua José Estêvão, 135 A, Piso 1 1150-201 Lisboa

Tel.: 21 358 79 00

Fax: 21 887 63 51

E-mail: mafaldavalerio@apav.pt

Sítio web: www.apav.pt/infovittimas



NOTÍCIAS OPINIÃO AGENDA QUEM SOMOS

"O Direito das Vítimas de Crime à Informação"

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) promove nos dias 23 e 24 de setembro, na Fundação Gulbenkian, um seminário sobre *O Direito das Vítimas de Crime à Informação*.

A iniciativa realiza-se no âmbito do Projeto Infovítimas, que pretende contribuir para o incremento da informação às vítimas de crimes sobre o sistema de justiça penal, os seus direitos e a forma de os exercer. Segundo a APAV, "apenas um pequeno número de vítimas conhece o funcionamento do sistema de justiça criminal, qual o seu papel e quais os seus direitos".


[+ informações e inscrições em www.apav.pt/infovitas]

Ficha do Artigo



 Imprimir

 Abrir como PDF

 [Enviar](#)

Partilhar nas redes sociais:



Seminário Infovítimas | 23 e 24 de Setembro



Exmos.(as) Senhores(as)

O direito à informação é uma necessidade central para as vítimas de crime. Contudo, apenas um pequeno número de vítimas conhece o funcionamento do sistema de justiça criminal, qual o seu papel e quais os seus direitos.

Por forma a discutir e abordar todas as questões relacionadas com o direito das vítimas de crime à informação, com especial ênfase nos desafios que este direito acarreta para as autoridades judiciais e policiais, quer a nível nacional quer a nível Europeu, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) irá promover o Seminário Infovítimas, nos dias 23 e 24 de Setembro, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

Será uma honra contar com a V. participação neste evento, onde será também apresentado o presente enquadramento dos direitos das vítimas de crime, em especial o direito à informação. Haverá ainda espaço para debater a forma como estes direitos estão a ser implementados na União Europeia à luz da Directiva que estabelece normas mínimas relativas aos direitos, apoio e protecção das vítimas de criminalidade.

Para mais informações e registo por favor aceda a www.apav.pt/infovictims.



European
Forum *for*
Urban
Security

[ABOUT US](#)[TOPICS](#)[POLICIES](#)[OUR NETWORK](#)[RESOURCES](#)[THE MANIFESTO](#)

Seminar on the right of victims to information to be held in Lisbon in September 2013

Also in... ([Français](#))



Seminar **in**fovictim The Right of Victims of Crime to Information

Lisboa, 23rd e 24th of September 2013

Lisbon, 20 June 2013 – One of the biggest obstacles that victims of crime still face across Europe is the lack of information available to them, which may lead to a general unawareness on how to exercise their rights. In response to this situation, the Portuguese Association for Victim Support (APAV) is developing the Infovictims Project, which aims to increase the information available to victims of crime on the criminal justice system, their rights and ways to exercise them.

Within this project, APAV organises a seminar on the “The Right of Victims of Crime to Information”, which will be held on September 23 and 24, 2013, at the Calouste Gulbenkian Foundation in Lisbon. The seminar will focus on cross-cutting issues in the field of victims rights, with special emphasis on the right to information and the challenges it brings to judicial and police authorities, at a national and European level.

The Infovictims Project is promoted by the Portuguese Association for Victim Support (APAV) - a long-time partner of the European Forum for Urban Security- and cofinanced by the European Commission under the Criminal Justice Programme of the Directorate-General Justice. It is developed in partnership with Victim Support Europe, the Crime Victim Compensation and Support Authority (Sweden), Bily Kruh Bezpečí (Czech Republic) and Weisser Ring (Austria).

UM EM CADA QUATRO FOI VÍTIMA OU CONHECE ALGUÉM ALVO DE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

Redacção CP

Um em cada quatro inquiridos num estudo da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) disse conhecer alguém ou ter o próprio sido vítima de assédio persistente, perseguição na Internet e «bullying».

Os dados são do 4º Barómetro APAV/Intercampus, sobre o tema da «Perceção da população portuguesa sobre stalking, cyberstalking, bullying e cyberbullying», que decorreu entre os dias 23 de abril e 20 de maio.

O estudo, que será divulgado esta quinta-feira e a que a Lusa teve acesso, teve como base entrevistas a 1104 pessoas, com idades entre os 15 e os 64 anos, distribuídas pelas regiões Norte (37%), Centro (23%), Lisboa (28%), Alentejo (7%) e Algarve (5%).

Barómetro
APAV/Intercampus
sobre o tema da
«Perceção da
população
portuguesa sobre
stalking,
cyberstalking,
bullying e
cyberbullying»

Para os 985 inquiridos que dizem reconhecer os conceitos, 32% (306) afirmaram conhecer uma vítima destes comportamentos ou ter sido o próprio a experienciar essa vivência (6%), sendo a maioria mulheres.

Em 18% dos casos, a situação ainda está a decorrer.

Relativamente ao «bullying», a relação com a pessoa que pratica os atos está grandemente associada aos colegas da escola, e a maioria das situações ocorria diariamente, sendo que mais de metade (53%) das situações duraram até um ano.

A violência psicológica foi o comportamento mais referenciado no «stalking» (assédio persistente) seguido pelas tentativas de



PUB

AS MAIS LIDAS AGORA

- 1 Maria Luís Albuquerque mentiu ou não mentiu?
- 2 Protesto no Parlamento: desta vez, foram narizes de palhaço
- 3 Parlamento aprova 40 horas semanais e requalificação na F. Pública
- 4 Carenciados: os apoios sociais nas rendas
- 5 Ministra: «Anterior Governo sabia de swaps desde 2010»
- 6 NASA encontra buraco gigante na atmosfera solar
- 7 Frente Comum propõe integração de contratados a termo no Estado
- 8 David Cameron oferece música dos Alt-J e Jake Bugg a Obama
- 9 Desemprego cai para 17,4% em junho, menos 9 mil pessoas
- 10 Ministra «cresceu» em relação a Paulo Portas
- 11 Ministra: «Nada constava na pasta de transição» sobre swaps
- 12 Jovem presa por mostrar seios na Net foi «perdoada»

Início

Novos dados sobre criminalidade em Portugal

Enviado por Anónimo em Seg, 27/08/2012 - 13:03



Os resultados do segundo Barómetro Intercampus/APAV, sobre o tema da "Criminalidade e Insegurança", já são conhecidos, revelando que o receio de situações de crime continua a afetar o dia-a-dia de muitos portugueses.

O inquérito sobre "Criminalidade e Insegurança" resulta da parceria entre a APAV e a Intercampus pelo segundo ano consecutivo, partindo do contacto telefónico a 601 agregados familiares de Portugal Continental, em Março de 2012. A informação solicitada às famílias teve na base o seu sentimento de segurança face à zona residencial; em termos pessoais; face aos bens pessoais e também contemplou a experiência pessoal nos últimos 12 meses.

Os dados registados sugerem que o bem-estar e a qualidade de vida dos portugueses continuam a ser negativamente afetados – quer pelo receio do crime, quer pelas centenas de milhares de crimes que continuam a ocorrer

todos os anos.

Continua pois a revelar-se necessária quer uma mais eficaz prevenção do crime que reduza o receio deste, quer um apoio mais efetivo aos milhares de portugueses que todos os anos sofrem perdas pessoais ou patrimoniais causadas pelo crime.

Consulte [aqui](#) o documento.



Direitos Humanos Sector Social e Solidário

BULLYING

espetáculo
BULLYING

10ª temporada de BULLYING

AUTOR MAR JÚNIOR



CLIPES DAS MÚSICAS

- [DE VIOLÊNCIA JÁ ESTAMOS CHEIOS](#)
- [FIMENTA NOS OLHOS DOS OUTROS É REFRESCO](#)
- [PENSE UMA, DUAS OU MAIS VEZES](#)
- [O BULLYING É DO MAL](#)

ESPETÁCULO TEATRAL BULLYING

- [Projeto EU DIGO NÃO AO BULLYING](#)
- [FAQ - perguntas e respostas](#)
- [REGULAMENTO da redação](#)

SEMINÁRIO BULLYING

- [BULLYING - Seminário para Profissionais de Educação](#)

NOSSOS PRODUTORES
PELO BRASIL

QUINTA-FEIRA, 4 DE JULHO DE 2013

32% das pessoas conhece ou foi vítima de violência na 'net'

por Céu Neves

Uma em cada três pessoas conhece ou foi vítima de uma das novas formas de violência e que utilizam a Internet como meio preferencial de agressão e de perseguição. É a conclusão do estudo para a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) sobre o tema da "Perceção da população portuguesa sobre *stalking*, *cyberstalking*, *bullying* e *cyberbullying*", que será apresentado esta manhã na sede da associação, em Lisboa.

Os portugueses identificam sobretudo o *bullying*, mas, depois de ouvirem a explicação, acabam reconhecer casos das outras formas de violência que usam preferencialmente as novas tecnologias.

Estamos a falar do assédio persistente em que uma pessoa se impõe a outra, com um conjunto de comportamentos que são indesejados ou intrusos (*stalking*); da utilização da Internet ou de outros meios eletrónicos para perseguir e assediar alguém (*cyberstalking*); da violência entre pares com comportamentos agressivos por um agressor ou grupo de agressores contra uma vítima ou grupo de vítimas (*bullying*); do uso das novas tecnologias para agredir verbalmente ou contribuir para a exclusão social da vítima, por exemplo, disseminando boatos ou revelando informações por telefone, email, redes sociais, etc (*cyberbullying*).

A APAV e outras associações europeias querem lei que considere crimes aqueles tipos de maus tratos.

"Os dados batem certo com o que são as tendências tradicionais. As pessoas podem não conseguir distinguir os conceitos, mas depois de lhes ser explicado reconhecem as situações. Estão mais habituados ao *bullying*, o que não é diferente das perceções internacionais", diz Daniel Cotrim, assessor técnico da direção da APAV.

O inquérito, a que o DN teve acesso, foi aplicado pela INTERCAMPUS, tendo sido entrevistadas 1104 pessoas, entre os 15 e 64 anos, de norte a sul do País. É o 4.º barómetro que resulta da colaboração das duas estruturas.

Fonte: DN Portugal

O bullying está mesmo ao nosso lado

Sondagem da APAV afirma que um em cada quatro portugueses conhece uma vítima de bullying e alerta para outras formas de agressão e assédio.

Por: **Meghanna Blom**
04 Julho 2013, às 15:20

Imprimir | A+ | A- |

Twitter | Facebook | LinkedIn | RSS | 1



[Veja aqui imagens e em página inteira](#)

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apresentou hoje, dia 4 de julho, uma sondagem feita pela Intercomptex que alerta para os fenómenos do bullying, cyberbullying, stalking (assédio) e cyberstalking.

Mais de 25% das pessoas inquiridas conhecem alguém que já foi vítima de algum destes fenómenos, sendo que 5% admite já ter sido a própria vítima.

A APAV acredita que estes problemas são muito frequentes. Ainda são poucas as pessoas que conhecem o conceito de stalking - 17% -. Mas ele existe. Consiste num assédio persistente por pessoas "obsessadas" e precisa de ser combatido.

Quanto ao bullying, o fenómeno é mais vezes reportado, sob a forma de insultos, ameaças ou intimidações e agressões. Apesar de o associarmos a crianças e jovens em idade escolar, atinge pessoas de todas as idades. Em 55% dos casos as agressões são colegas de casa, 13% é um vizinho e em 10% um desconhecido. E também pode acontecer no local de trabalho.

Quando questionadas sobre a frequência deste tipo de situações, 41% das pessoas respondeu "diariamente". E 53% admitiu que duram durante um ano.

Os resultados deste estudo apontam para a violência psicológica como principal forma de stalking, a perseguição de comentários indesejados na internet é a forma de cyberstalking mais usada, o insulto e intimidação as principais formas de bullying e as injúrias e a importunação, de cyberbullying.

Só 57% das vítimas procuram apoio, principalmente, junto dos familiares.

Com esta sondagem a APAV, que visa a proteção e apoio às vítimas de infrações penais, quer chamar a atenção para a necessidade de enquadrar como crime estes comportamentos, a que a lei tem vindo a fechar os olhos.



«Um em cada quatro portugueses conhece uma vítima de bullying» - Público

Por **Redação**

[A-](#) [A](#) [A+](#)

«(...) A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apresenta hoje os resultados de uma sondagem feita pela Intercampus sobre stalking, cyberstalking, bullying e cyberbullying. Mais de um quarto dos inquiridos dizem que conhecem alguém que já foi vítima de algum destes fenómenos e 5 por cento assumem-se, eles próprios, como vítimas», escreve o «Público».

07:21 - 04-07-2013





Confederação Nacional das Associações de Família
National Confederation of Family Associations

35 Anos de Acção Conjunta
years of family action

Notícias

Opiniões

Encontros

Tópicos

Vaticano

Pesquisar...

Recomendado

Campos de Férias
Tempo de Aventura



Comité Económico e Social Europeu
Parlamento Europeu e a sociedade civil



Instituto de Acção Social
do Governo da R.A.E.M.



QUEM SOMOS OBJECTIVOS HISTÓRIA MEMÓRIAS OPÇÕES ACÇÃO ESTATUTOS ORÇÃOS SOCIAIS



PÁGINA INICIAL BEM VINDOS REVISTA & IMPRENSA ASSOCIADOS DOCUMENTOS CONTACTOS

Um em cada quatro portugueses conhece uma vítima de bullying



Escrito por cnaif

Quinta, 04 Julho 2013 11:51

Um em cada quatro portugueses conhece uma vítima de bullying

ANDREIA SANCHES

Sondagem é hoje apresentada. Dados mostram que é preciso criminalizar bullying e stalking, diz APAV. Alguém lhe envia todos os dias bilhetes ou flores - a mesma pessoa que está sempre a encontrar "por coincidência" nos locais que costuma frequentar, que lhe envia repetidamente emails, que andou a recolher informação sobre si e que você suspeita que é a que lhe telefona às tantas da noite mas não diz nada. Isto é stalking. E significa, no essencial, assédio persistente. A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apresenta hoje os resultados de uma sondagem feita pela Intercampus sobre stalking, cyberstalking, bullying e cyberbullying. Mais de um quarto dos inquiridos dizem que conhecem alguém que já foi vítima de algum destes fenómenos e 5% assumem-se, eles próprios, como vítimas.

A associação não tem dúvidas de que o problema será mais frequente do que parece. Isto porque a maioria da população (mais de 80%) não conhece o significado de stalking, ao contrário do que se passa com o bullying, ainda que quase sempre reconheça os comportamentos que lhe estão associados. Para além disso, as 1014 entrevistas conduzidas foram presenciais - e as pessoas nem sempre assumem, junto de um entrevistador, o que se passa na sua intimidade, diz Daniel Cotrim, assessor técnico da direcção da APAV.

Muitas das atitudes e comportamentos associados ao stalking e ao bullying são tipificados como crime (a agressão física, por exemplo), mas outros não - "Experimente ir à polícia dizer que alguém lhe manda todos os dias rosas caras. Dizem-lhe, provavelmente, que não podem fazer nada até que essa pessoa lhe dê uma estalada. E, no entanto, isso está a ter um impacto terrível na sua vida", diz Daniel Cotrim. Esta é uma das razões que levam a APAV a pedir que stalking, cyberstalking, bullying e cyberbullying sejam considerados crime.

É ainda necessária uma prevenção mais eficaz deste tipo de vitimação "e a promoção de um apoio mais qualificado e efectivo às vítimas deste tipo de situações".

O bullying é o fenómeno mais referenciado (por 88% das pessoas que se dizem vítimas ou que conhecem vítimas). A maior parte dos inquiridos reporta insultos, ameaças ou intimidações e agressões. E na maioria das vezes tudo acontece em ambiente de escola (em 55% dos casos os agressores são colegas de escola). Mas não só. Em algumas situações (13%) é um vizinho, em 10%, um desconhecido... Mas o bullying, garante Cotrim, também acontece frequentemente no local de trabalho.

Outra das perguntas feitas foi: "Com que frequência ocorre a situação?" Em 41% dos casos a resposta foi "diariamente", sendo que 53% das situações referidas duraram até um ano.

No stalking a violência mais relatada é a psicológica (ameaças, por exemplo), no cyberstalking a colocação de comentários indesejados em blogues e/ou redes sociais. No bullying o mais comum é o insulto e a intimidação e no cyberbullying as injúrias e a importunação. As vítimas procuraram apoio (57%), sobretudo, junto de familiares.

Comportamentos do stalker

Muito frequentes: recolher ou reunir informações sobre a vítima; enviar bilhetes e SMS; observar/perseguir, fazer esperas; espalhar rumores

Presentes em metade das situações: danificar bens pessoais da vítima; ameaçar (directamente ou de forma implícita ou simbólica); deixar flores/animais mortos ou outras coisas obscenas em casa ou no carro da vítima

Em 25% das situações: agredir fisicamente a vítima; violar ou tentar violar a vítima;

APAV: 1 em cada 4 inquiridos conhece alguém alvo de violência psicológica

4 Julho 2013 O estudo da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima revela que 27% dos inquiridos disse conhecer alguém ou ter o próprio sido vítima de assédio persistente, perseguição na Internet e bullying. [TSF](#) »

Estudo: 27% dos inquiridos foi vítima ou conhece alguém alvo de violência psicológica

4 Julho 2013 Um em cada quatro inquiridos num estudo da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) disse conhecer alguém ou ter o próprio sido vítima de assédio persistente, perseguição na Internet e "bullying". [DD](#) »

PORTAL DA JUVENTUDE

➔ Exposição de fotografia "Olha", de Valter Vinagre



Retratos do universo das vítimas de crime em Portugal!

CULTURA

Data: 25-07-2013 a 14-08-2013

Agenda: Regional

Região: Lisboa e Vale do Tejo

Distrito: Lisboa

Local: Sede do IPDJ I.P. | Rua Rodrigo da Fonseca, 55 - Piso 0

Promotor: IPDJ e APAV

Descrição

Decorre, de **29 de julho a 14 de agosto**, na Loja Ponto JA da sede do IPDJ, a exposição de fotografia "Olha", da autoria de Valter Vinagre.

Fruto de uma parceria da APAV com o IPDJ, esta exposição embarca agora num percurso de itinerância que vai passar por diversas localidades portuguesas.

Reúne um conjunto de trabalhos do fotógrafo Valter Vinagre e é o resultado de uma colaboração com a APAV, com o objetivo de retratar o universo das vítimas de crime em Portugal.

"Como fotografar o silêncio? Como fotografar o invisível ou o velado? Desde que há fotografia – melhor seria dizer, desde que há imagem – que o problema se põe. Seja porque o que está em causa são conceitos e não realidades tangíveis, seja porque essas realidades se furtam absolutamente ao olhar da câmara. A violência doméstica, entendida como fenómeno alargado, é um destes casos. É omnipresente em todas as sociedades, mas invisível.

É ilegal (é mesmo um crime público) na nossa, mas resistente à sanção social e à lei. O que é novo na modernidade não é a violência, mas, por um lado a natureza dessa violência e, por outro, o modo como a vemos e a enquadrámos entre o espaço público e privado. O seu território, o seu capital de impunidade é precisamente esse círculo fechado que constitui a privacidade, que deixa à porta o Estado, as leis, a urbanidade exigível aos comportamentos. (...) Poucos assuntos podiam ser menos atraentes e mais destituídos de glamour e de fotogenia como a vida das pessoas vítimas de violência.

